

Relatório de Estabilidade Financeira (REF)

Comentários

Banco Central do Brasil | Novembro, 2023
Elaboração: Assessoria Econômica ABBC



Pauta

Comentários

Mercados Financeiros Internacionais

Liquidez

- Captações totais, externas e domésticas
- Liquidez de curto prazo
- Liquidez de longo prazo

Crédito

- Hiato
- Crédito Amplo
- Crédito às pessoas jurídicas e físicas
- Apetite ao Risco
- Ativos Problemáticos
- Capacidade de Pagamento
- Provisões

Rentabilidade

- Retorno sobre o patrimônio
- Resultado de Intermediação Financeira
- Eficácia Operacional

Solvência

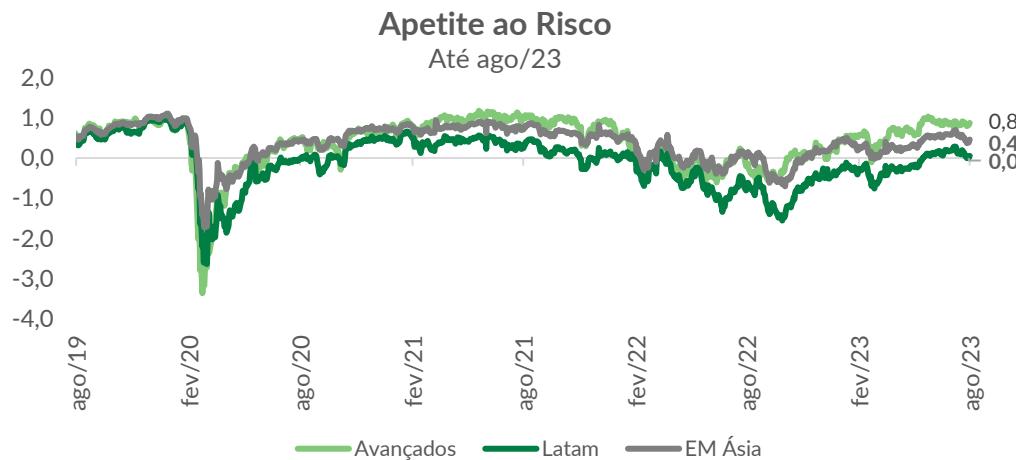
Testes de Estresse

Pesquisa de Estabilidade Financeira

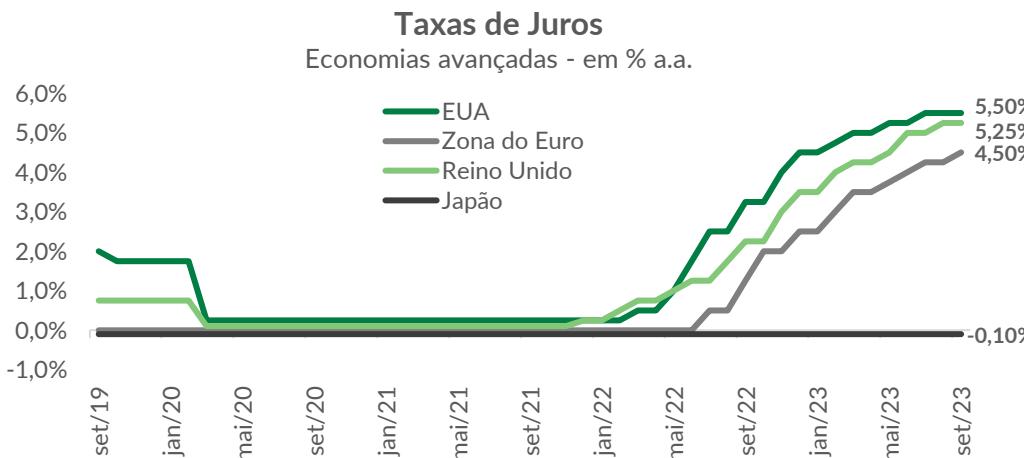
Comentários

- Com base nos dados do 1º semestre de 2023, o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) do Banco Central (BC) apresenta o panorama da evolução recente e as perspectivas para a estabilidade financeira, com foco nos principais riscos e na resiliência do Sistema Financeiro Nacional (SFN).
- Embora tenha ocorrido uma clara melhora no ambiente externo, o BC manifestou novamente as suas preocupações com o nível de incerteza sobre a evolução da atividade global, principalmente em razão da persistência inflacionária que tem obrigado as autoridades monetárias a elevarem as taxas de juros e sinalizarem a sua manutenção no período que fosse necessário para a convergência às metas. Assinalou que o sistema financeiro internacional ainda apresenta sinais de vulnerabilidade, o que é um fator de risco para os países emergentes.
- De forma taxativa, o BC apontou a inexistência de risco relevante, com o SFN apresentando liquidez confortável, ostentando provisões adequadas ao nível de perdas esperadas e permanecendo bem capitalizado. No que se refere à liquidez, persistiram os movimentos de aumento de instrumentos com isenção tributária. Com a disseminação das captações intermediadas, por meio de clientes de plataformas de investimento, constatou-se a convergência das taxas praticadas entre os segmentos bancários e o ganho de participação de mercado das instituições financeiras (IFs) de menor porte.
- Em linha com a deterioração da qualidade dos ativos, as estimativas do BC mostraram que as provisões aumentaram e permaneceram acima do volume das perdas esperadas. Entretanto, adequando-se à política monetária e à aversão de risco, o mercado de crédito manteve-se em desaceleração. No segmento de pessoas físicas (PFs), contribuiu a alavancagem das famílias e as taxas de juros elevadas. No caso das pessoas jurídicas (PJs), o destaque ficou para a redução no crédito bancário a grandes empresas, embora o mercado de capitais tenha se constituído como uma fonte relevante de financiamento.
- Mesmo com o menor apetite ao risco, o cenário ainda requer cautela. Os critérios de concessão de crédito para PF tornaram-se mais restritivos. Para PJ, não se percebe alteração importante na estimativa de qualidade das concessões. Esse fator demanda atenção dada a pressão sobre a capacidade de pagamento das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).
- A base de capital do sistema permaneceu sólida, e a sua estrutura está mais homogênea entre os segmentos de bancos. A margem de capital regulamentar não é restrição para a expansão da oferta de crédito de forma sustentável. Adicionalmente, os testes de estresse de capital e de liquidez ratificaram a robustez do sistema bancário. Em pesquisa, as IFs demonstraram a redução na percepção de risco, principalmente no que tange aos fiscais e ao cenário internacional. Por fim, a confiança na estabilidade manteve-se elevada, próxima à máxima histórica.
- O recuo na rentabilidade refletiu a continuidade do aumento de despesas com provisões e das despesas de captação e com custos administrativos. Apesar da piora da rentabilidade no semestre, o sistema bancário permanece rentável. Com a melhora no ambiente econômico e institucional, as expectativas futuras são positivas em razão da qualidade das novas concessões, da redução das estimativas de perdas com crédito e da gradual flexibilização monetária que reduzirá as despesas de captação favorecendo uma margem mais alta dada a proporção relevante de safras de crédito concedidas a taxas maiores. Ademais, a demanda por crédito e serviços bancários e a capacidade de pagamento dos devedores tendem a aumentar.

Mercados Financeiros Internacionais



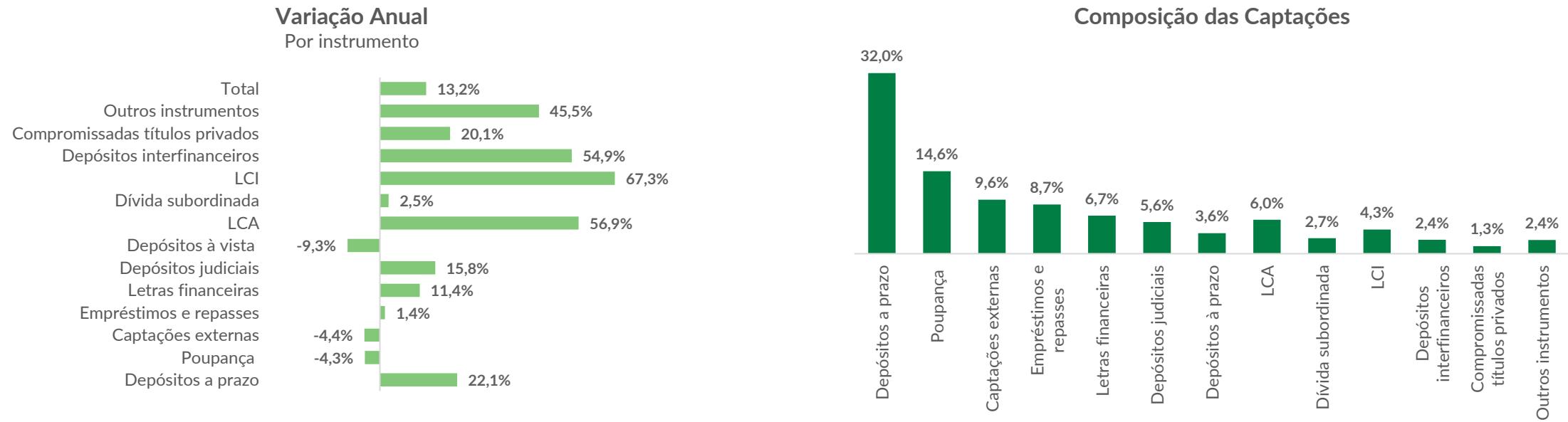
Avançados: EUA, Área do Euro, Japão | Latam: Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru | EM Ásia: China, Coreia, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia
Fontes: Bloomberg, Reuters e Fed St Louis



Fonte: Bloomberg

- O BC manifestou reiteradamente as suas preocupações com o nível de incerteza sobre a evolução da atividade global, principalmente em razão da persistência inflacionária que tem obrigado as autoridades monetárias a elevarem as taxas de juros e sinalizarem a sua manutenção no período que fosse necessário para a convergência às metas.
- Assinalou, ainda, que o sistema financeiro internacional apresenta sinais de vulnerabilidade. Apesar da redução do estresse no setor bancário dos EUA, algumas IFs enfrentam dificuldade na captação de depósitos e no gerenciamento de liquidez. O Federal Reserve (Fed) manteve o apoio aos bancos mais afetados, por meio de linhas de liquidez, enquanto os reguladores discutem novas propostas de medidas para endereçar riscos de estabilidade financeira e fortalecer o capital do sistema.
- As ocorrências de mar/23 contribuíram para o aperto adicional das condições gerais de crédito, dado o ciclo de aperto monetário implementado pelo Fed. A evolução do crédito, e consequentemente seu impacto na inadimplência, ficou um aspecto a monitorar.
- Entre as reuniões do Comef de mai/23 e ago/23, de modo geral, o risco sistêmico apresentou uma redução nos países avançados, após a forte pressão com a crise bancária nos EUA. Nos emergentes, houve elevação com uma contribuição relevante dos bancos chineses, em meio aos impactos da turbulência no setor imobiliário. Com a elevação das taxas de juros de longo prazo, o setor imobiliário internacional tem apresentado menor dinamismo, ocorrendo algumas situações de contração nominal de preços na comparação interanual. No que às condições financeiras, o cenário global apresentou relativa estabilidade, o que foi positivo para a volatilidade nos mercados.
- Como o cenário global prospectivo ainda apresenta riscos que podem levar à materialização de cenários extremos de reprecificação de ativos financeiros e de custos de financiamento, várias jurisdições mantiveram ou aumentaram o Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCP).

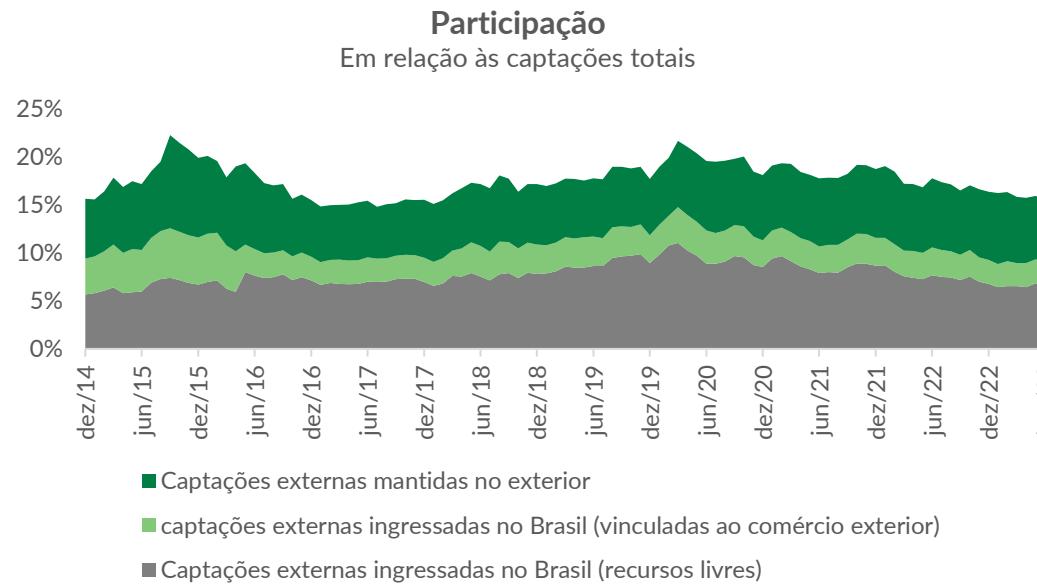
Captações Totais



Fonte: Banco Central do Brasil

- As captações do sistema bancário mantêm o seu desempenho positivo, com uma alta de 13,2% a.a. em jun/23 (13,7% a.a. em dez/22 e 12,7% a.a. em jun/22). Na expansão anualizada apurada em jun/23, os depósitos a prazo, com uma alta de 22,1% a.a., contribuíram com 6,6 p.p.. Na sequência, pela atratividade da rentabilidade e isenção tributária, as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) contribuíram com 2,5 p.p. (+56,9% a.a.) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) com 2,0 p.p. (+67,3% a.a.), o que é positivo para a redução dos custos de captação do sistema. Como destaques negativos, houve a participação de -0,7 p.p. dos depósitos de poupança (-4,3% a.a.), de -0,5 p.p. das captações externas (-4,4% a.a.) e de -0,4 p.p. nos depósitos à vista (-9,3% a.a.).
- Como instrumento mais importante para as captações, a representatividade dos depósitos aumentou no 1º semestre em 1,4 p.p. para 32,0%. Exibindo uma expansão mais acelerada, a participação da LCA no período avançou em 0,9 p.p. para 6,0% e a da LCI em 0,7 p.p. para 4,3%. Já a dos depósitos de poupança reduziu-se em -1,3 p.p. para (14,6%), a dos depósitos à vista em -0,8 p.p. para 3,6% e a dos empréstimos e repasses em -0,8 p.p. para 8,7%. A queda do saldo das cadernetas de poupança foi motivada pela captação líquida negativa iniciada no 2º semestre de 2021, decorrente da perda de competitividade frente a outras opções de investimento e pela saída de recursos para gastos correntes.

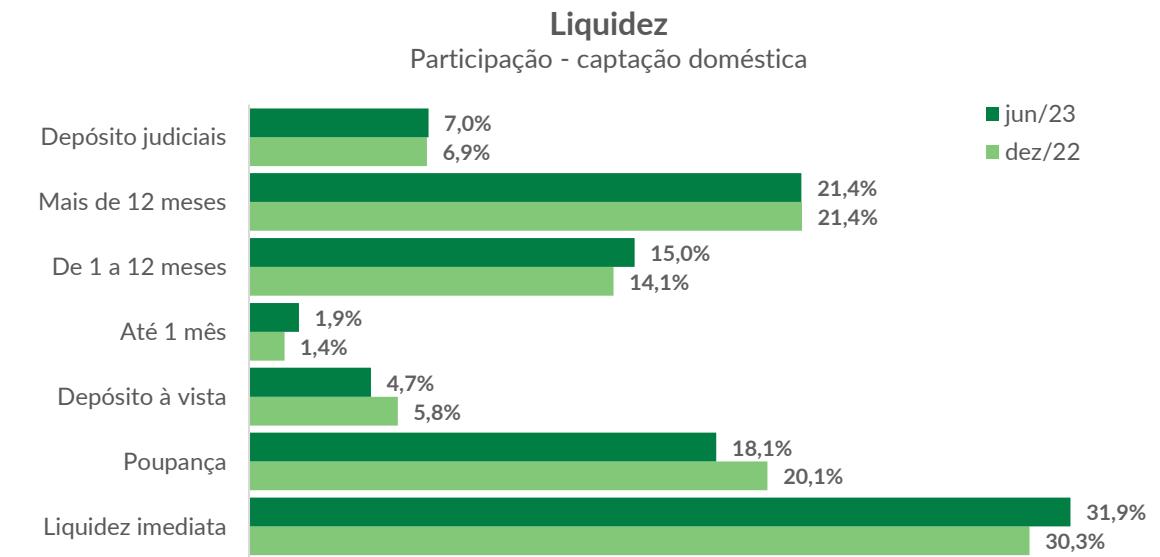
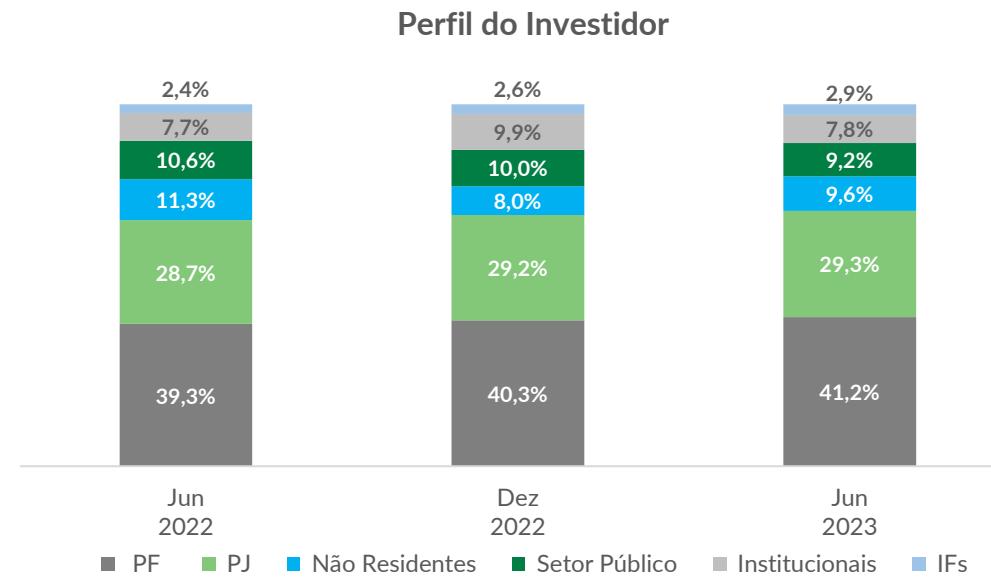
Captações Externas



Fonte: Banco Central do Brasil

- A oferta de *funding* do exterior continua em volume suficiente às necessidades das IFs, ainda que houvesse elevação do custo, acompanhando as taxas de referência internacionais. As captações externas totalizaram US\$ 226,2 bilhões em jun/23, o que representou uma alta de 6,4% a.a. em dólar. Na decomposição, o avanço foi de 10,1% a.a. nas captações externas mantidas no exterior, de 4,1% nas vinculadas ao comércio exterior e de 3,8% nas com recursos livres.
- Medidas em reais, as captações externas totais exibiram em jun/23 uma queda de -4,3% a.a., refletindo a apreciação de 9,4% no 1º semestre. Assim, principalmente em função da taxa de câmbio, reduziu-se a participação do *funding* externo no total das captações. Dentre as captações totais, a participação das mantidas no exterior caiu em -0,6 p.p. no 1º semestre para 6,5%, a das ingressadas no Brasil vinculadas ao comércio exterior em -0,1 p.p. para 2,4% e das ingressadas com recursos livres em -0,2 p.p. para 6,5%.
- Em linha com o ciclo de aperto monetário nas economias avançadas, as linhas de crédito para exportações seguiram com tendência crescente. No 1º semestre, a taxa de juros extragrupo financeiro subiu em 0,3 p.p. para 6,2% a.a., a do intragrupo financeiro em 1,4 p.p. para 6,0% a.a. e a média mensal da libor de 6 meses em 0,5 p.p. para 5,7% a.a.

Captações Domésticas

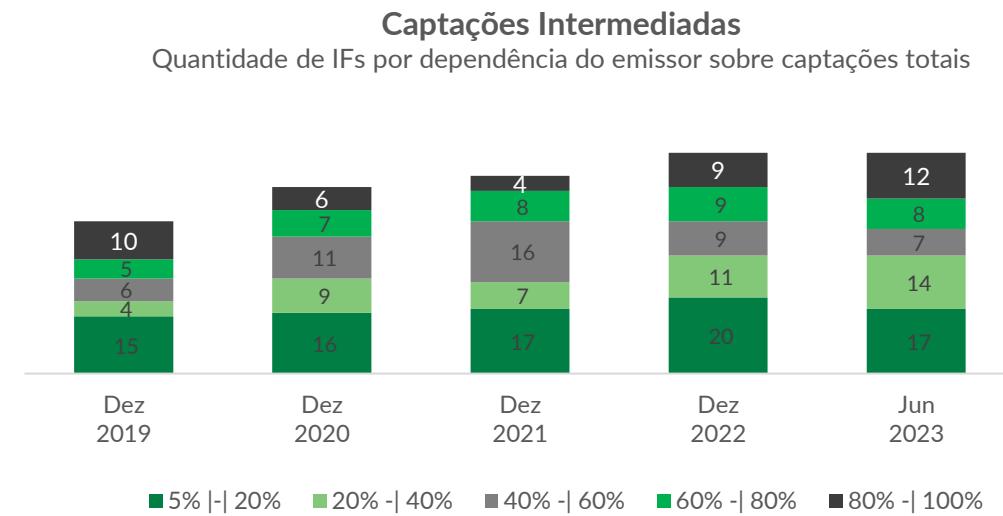
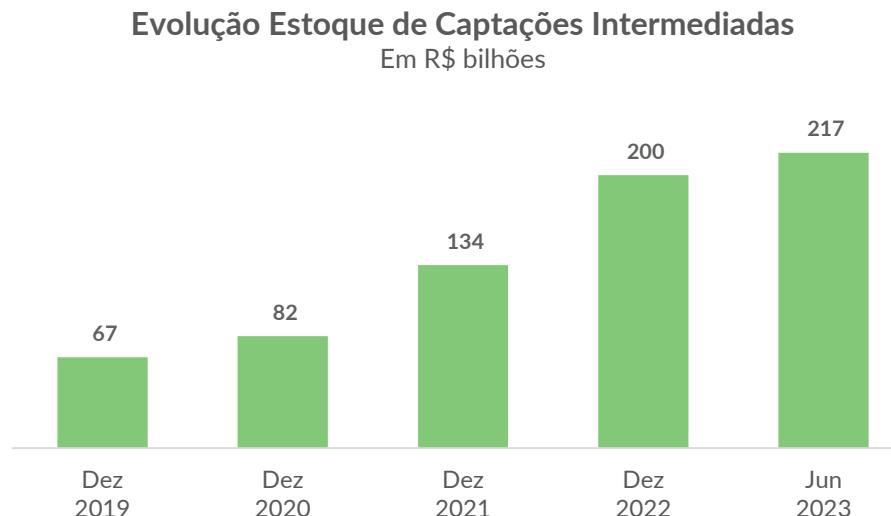


Fonte: Banco Central do Brasil

- Diferentemente dos semestres anteriores, o 1º semestre de 2023 apresentou uma maior procura por captações mais líquidas e com menor vencimento, de modo que houve aumento no período de 13,3% nos recursos com liquidez imediata e de 52,3% para os com vencimento até 1 mês.
- Considerando-se a participação no total, houve aumento de 30,3% em dez/22 para 31,9% na representatividade das captações com liquidez imediata e de 14,1% para 15,0% nas com vencimentos entre 1 e 12 meses. Nas com vencimentos superiores a 12 meses (12m) a parcela foi mantida em 21,4% e na da poupança reduziu-se de 20,1% para 18,1%.
- Com relação ao perfil do investidor, embora as maiores representatividades permaneçam com as PF com 41,2% e PJ com 29,3%. No 1º semestre, as principais movimentações ficaram com a elevação de 1,6 p.p. para 9,6% na participação dos investidores não residentes e as reduções de -2,1 p.p. para 7,8% dos institucionais e de -0,8 p.p. para 9,2% no setor público.

Plataformas de Intermediação

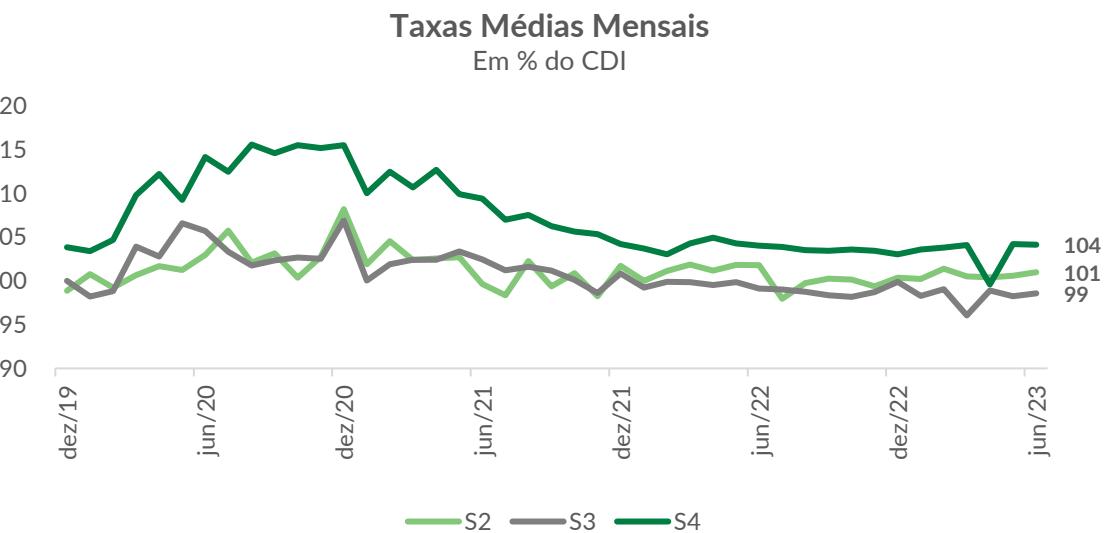
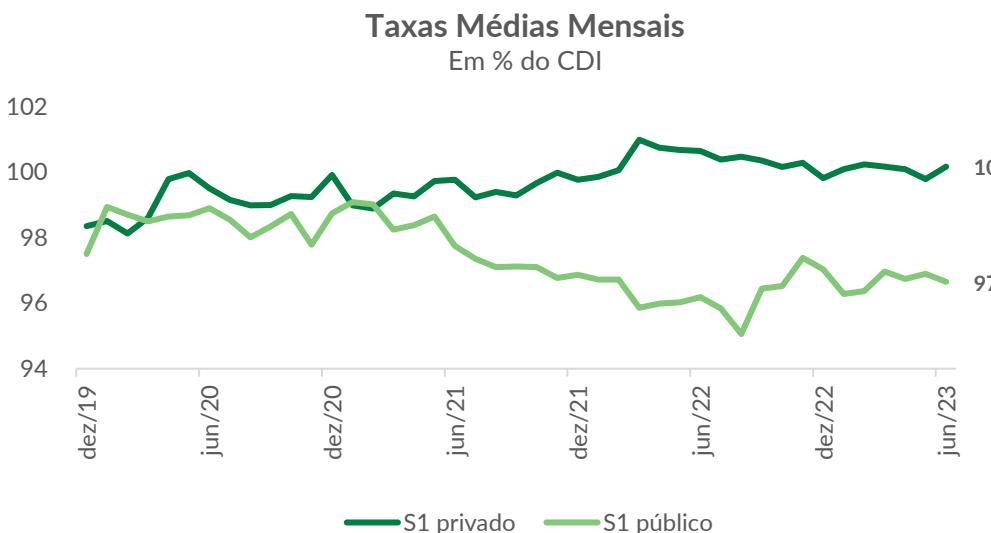
- O BC deu destaque no REF as captações por meio de plataformas de investimento, que se tornaram a principal fonte de *funding* para um conjunto de IFs de menor porte. Como consequência desse sucesso, os bancos do segmento S1 reduziram sua participação de 78,6% para 70,2% entre dez/19 e jun/23.
- As captações intermediadas, por meio de clientes de plataformas de investimento, cresceram 222,7% desde dez/19, subindo de 1,9% do estoque captado para 3,8%. O número de bancos com dependência superior a 40% subiu de 21 em dez/19 para 27 em jun/23.
- As captações intermediadas têm propiciado às instituições de menor porte acesso a uma base maior de clientes e prazos de captação mais longos, fato que impacta positivamente na gestão da liquidez. Contudo, têm gerado maior dependência das IFs intermediadoras dessas captações.



Fonte: Banco Central do Brasil

Custo de Captação

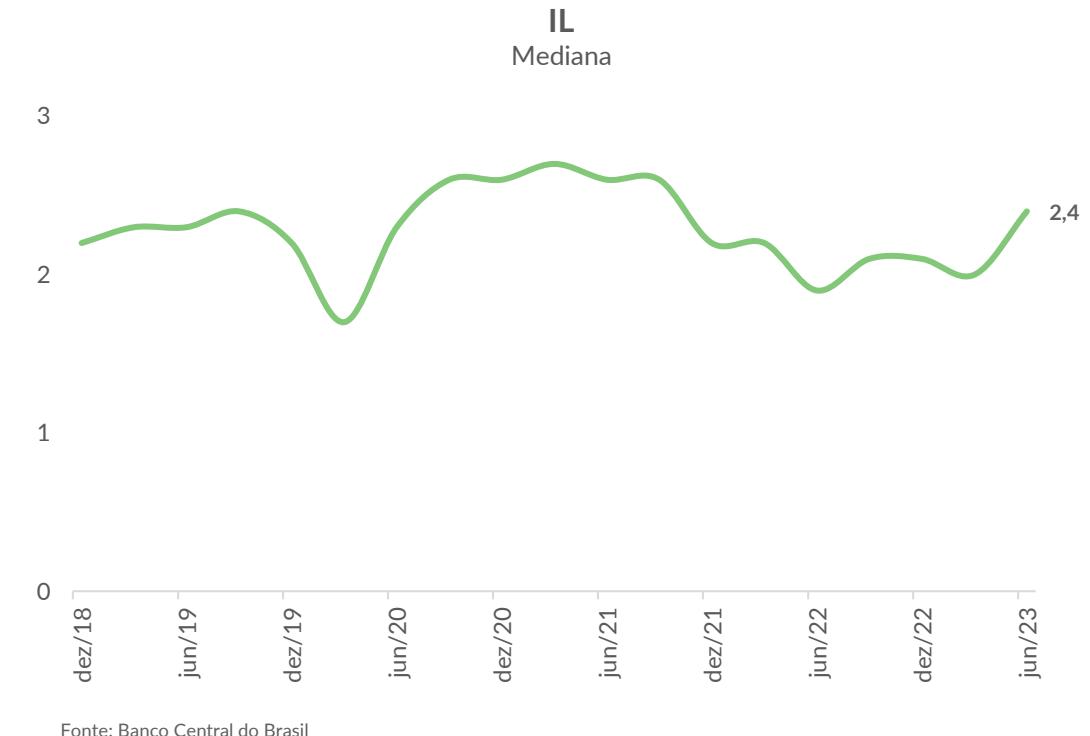
- As taxas médias praticadas por segmento seguem próximas. O maior acesso ao *funding* por meio de plataformas de investimentos das IFs de menor porte ajuda a explicar a convergência de taxas praticadas pelos diversos segmentos.
- No 1º semestre, os *spreads* das taxas de captação em relação ao depósito interfinanceiro (DI) ficaram estáveis para as instituições financeiras (IFs) S1 privadas e públicas e apresentaram pouca variação nas S2, S3 e S4.
- Assim, a taxa para os S1 privado seguiu em 100% do DI e para os públicos manteve-se em 97%. Com altas de 1,0 p.p. no semestre, as taxas para os S2 e S4 ficaram em 101% e 104%, respectivamente. Por sua vez, a taxa para os S3 recuou -1,0 p.p. no período para 99%.



Fonte: Banco Central do Brasil

Liquidez de Curto Prazo

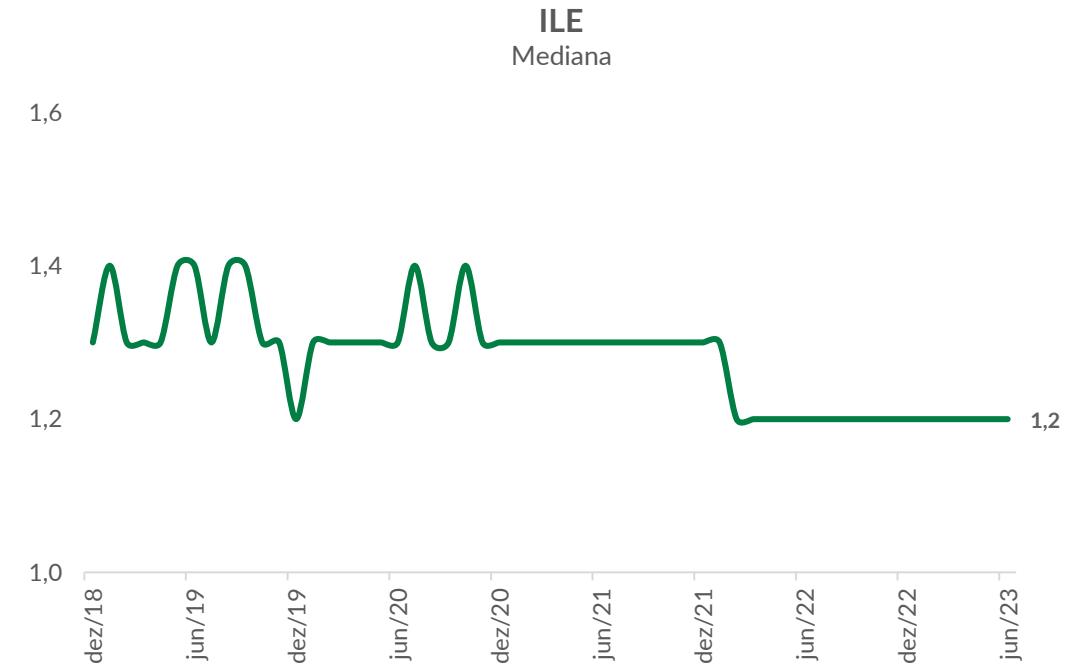
- A retenção de ativos líquidos de alta qualidade, o aumento das entradas de caixa esperadas provenientes de vencimento de operações de crédito e as reduções das saídas de caixa contratuais e contingentes esperadas para o horizonte de 30 dias impactaram positivamente o Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR).
- O LCR para os bancos de S1 permaneceu acima do limite prudencial mínimo. Critérios mais rigorosos nas concessões de crédito resultaram na redução de recursos alocados e na maior retenção de ativos líquidos. Ademais, além da disponibilidade de colchão suficiente para a manutenção das operações, o acesso às Linhas Financeiras de Liquidez (LFLs) junto ao BC são fontes adicionais de recursos em momentos de estresse, proporcionando uma maior margem de segurança para as IFs.
- A liquidez de curto prazo continua em nível adequado para a manutenção do funcionamento regular do sistema de intermediação financeira. Com o monitoramento individual das IFs indicando uma melhora geral. Em jun/23, a mediana do Indice de Liquidez (IL) encerrou em 2,4, o que representou elevações de 0,3 p.p. no semestre e de 0,5 p.p. em 12 meses (12m).
- Considerando-se os efeitos de cenários de estresse de mercado e de uma eventual corrida bancária, verifica-se uma melhora na capacidade de cada IF suportar resgates extremos em cenários adversos.



*IL = indicador que mede a relação entre ativos líquidos e as necessidades de caixa de curto prazo em 30 dias em um cenário de estresse hipotético

Liquidez Estrutural

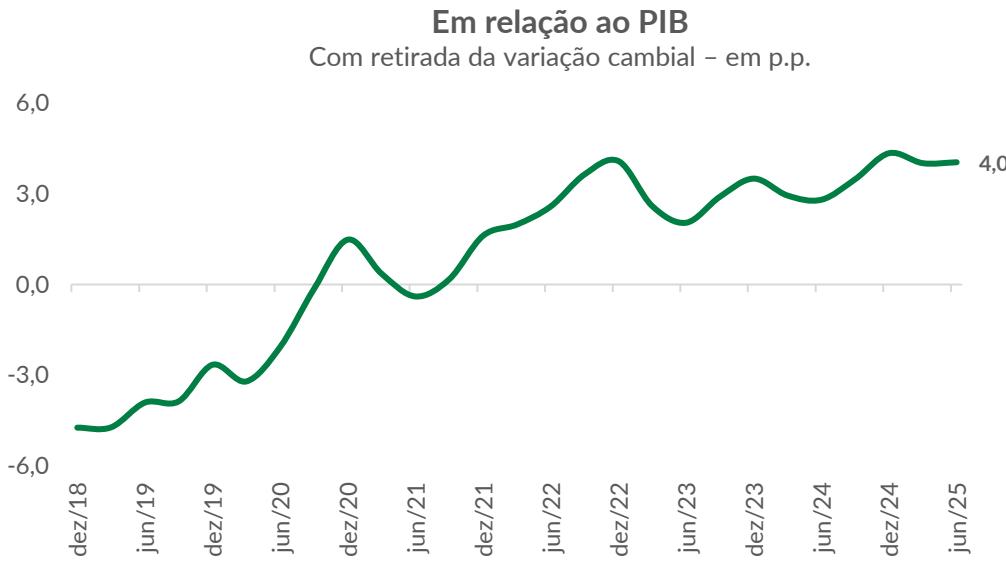
- A liquidez estrutural do sistema segue em patamar compatível com o financiamento dos ativos de longo prazo. A elevação das fontes de recursos de longo prazo, especialmente no varejo, mais do que compensou o aumento dos Recursos Estáveis Requeridos (*Required Stable Funding* - RSF), resultando em uma variação positiva do indicador. Dessa forma, a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios estruturais entre ativos e passivos permaneceu baixa.
- Por segmento, as IFs S1 que devem cumprir o limite do Indicador de Liquidez de Longo Prazo (*Net Stable Funding Ratio* - NSFR) apresentaram um crescimento mais modesto no estoque de crédito, resultando em uma pequena alta dos RSF. O NSFR agregado fechou em 1,2 com uma alta de 0,01 no 1º semestre e estabilidade frente a jun/22.
- Por sua vez, o aumento das concessões nos segmentos S3 e S4 foi preponderante para a redução da distribuição estatística do Índice de Liquidez Estrutural (ILE). Apesar do movimento, a ampla maioria das IFs mantém níveis adequados de recursos em seus balanços.
- Desde fev/22, a mediana do ILE do sistema bancário manteve-se em 1,2, o que corresponde ao seu menor patamar da série, iniciada em dez/18. Entretanto, o indicador segue em nível confortável.



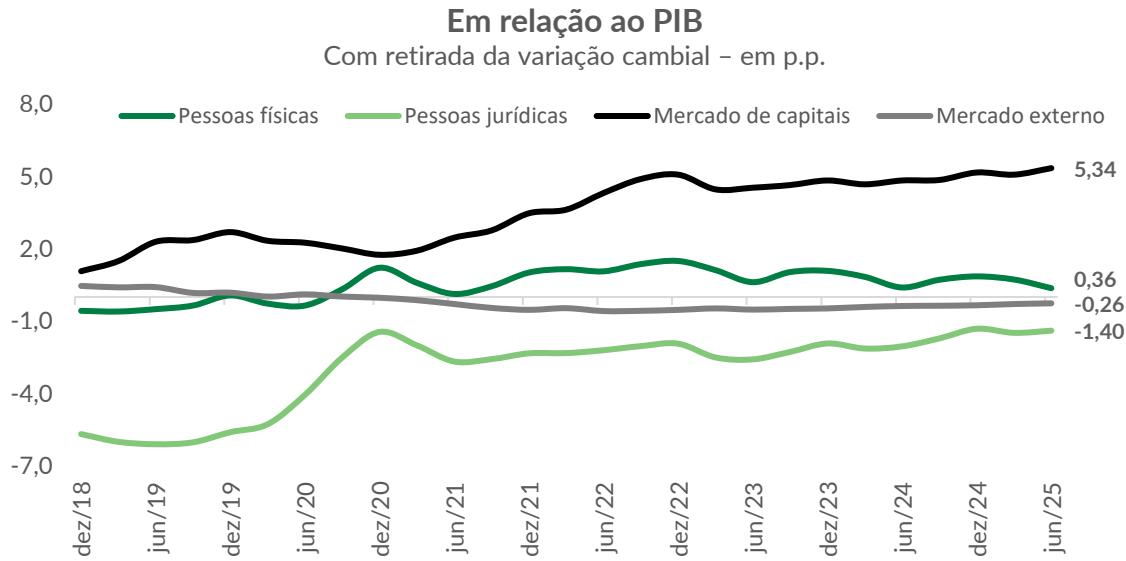
Fonte: Banco Central do Brasil

*ILE = mede a relação entre os recursos estáveis para financiar os ativos de longo prazo.

Hiato do Crédito Amplo

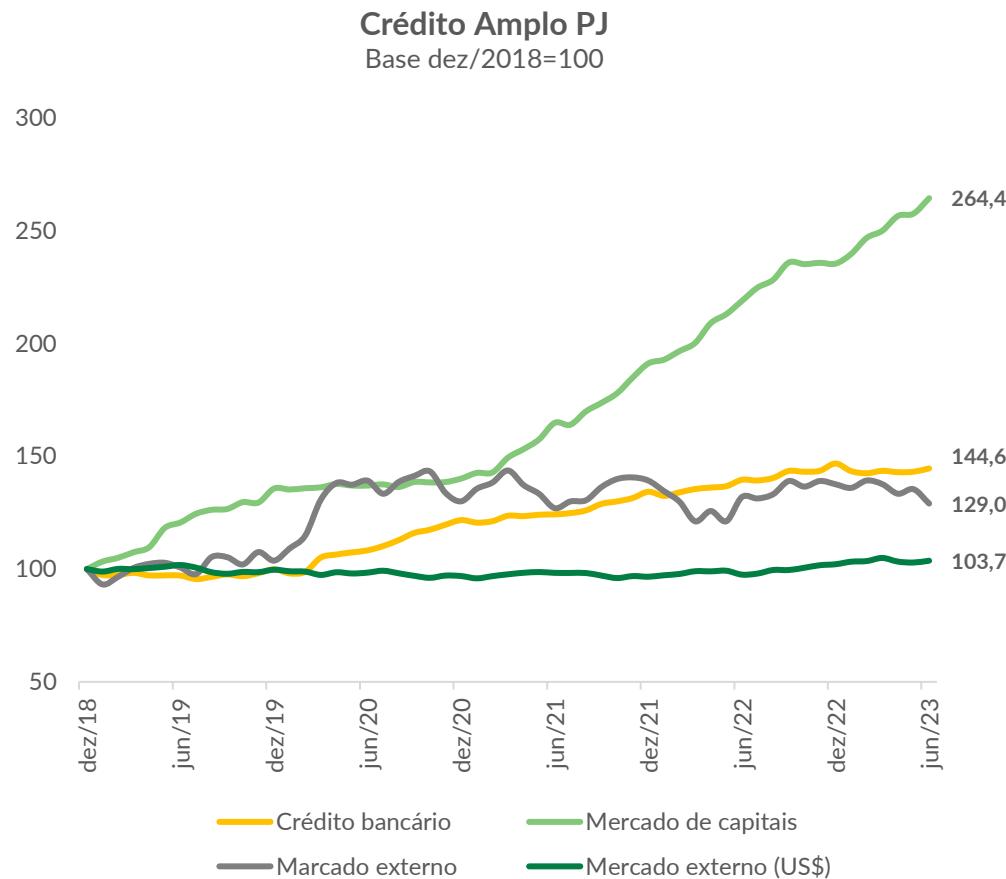


Fonte: Banco Central do Brasil



- Refletindo o comportamento da política monetária, o ritmo de expansão do financiamento à economia real desacelerou, contribuindo para que o hiato de crédito amplo em relação ao PIB registrasse queda no 1º semestre.
- Utilizado como referência para apoiar as decisões do ACCP, a expectativa do BC é de que o hiato de crédito amplo/PIB se amplie nos próximos trimestres. Considerando-se as projeções do PIB e do crédito amplo, o BC espera que o hiato de crédito em relação ao PIB permaneça em patamar acima de 2 p.p., alcançando 4,04 p.p. no 2º semestre de 2025, principalmente por causa do comportamento do mercado de capitais. Nesta edição, foram os impactos das Cédulas de Produto Rural (CPR) e as Cédulas de Crédito Bancário sem coobrigação (CCB), elevando o hiato do mercado de capitais em relação à tendência de longo prazo.
- A despeito da desaceleração no semestre, sobretudo nos 3 meses iniciais do ano, reflexo do caso Americanas, o mercado de capitais continuou em expansão. Contudo, o aumento da materialização de risco e a política monetária contracionista pesaram sobre o desempenho do crédito bancário para PF e PJ. Enquanto no mercado externo não houve mudanças relevantes.

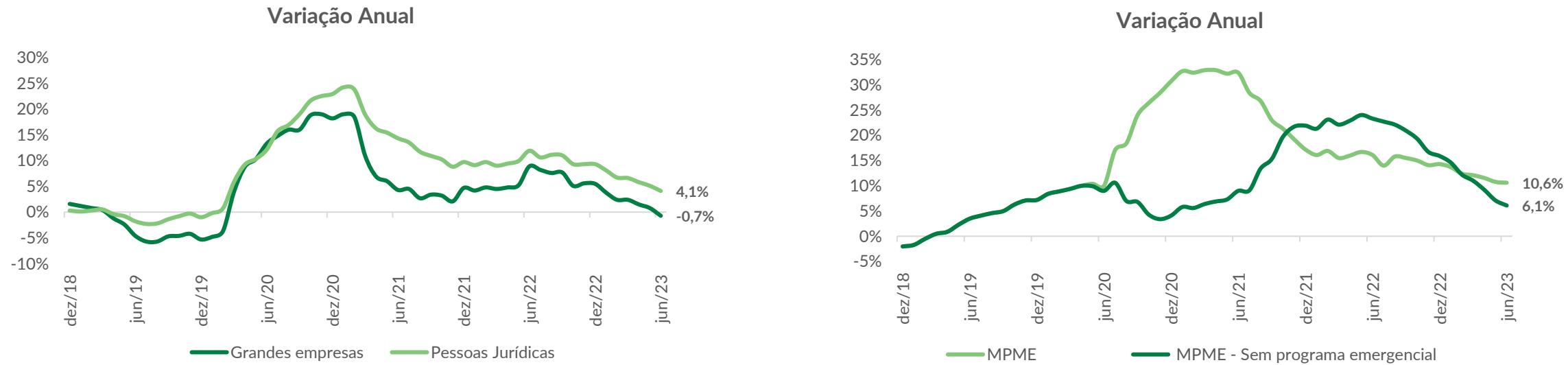
Crédito Amplo



- Dentre as operações para PJ, o mercado de capitais apresentou progressiva retomada no 2T23 e tem se mantido como fonte relevante de financiamento, especialmente para as grandes empresas.
- As debêntures continuam como o instrumento mais representativo, tendo como principais destinações o capital de giro, o investimento em infraestrutura e o refinanciamento de passivo. Destaque também para o crescimento do estoque de notas comerciais e promissórias, dos certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e dos imobiliários (CRI).
- Após forte elevação com a ocorrência do caso Americanas, o custo do crédito via mercado de capitais mostra uma tendência de retorno ao padrão anterior, principalmente nos ativos não incentivados.
- As captações externas medidas em dólar apresentaram ligeira recuperação no 1º semestre do ano após um longo período de estabilidade. Contudo, em reais as captações externas registraram queda, em linha com a apreciação do real no período.
- A desaceleração no ritmo de crescimento do crédito bancário para PJ foi alavancada pelas grandes empresas. No caso das microempresas, o aumento ao longo de 2023 foi sustentado basicamente pelos programas emergenciais e destinado principalmente para capital de giro.
- Já no caso das empresas pequenas foi concentrado nas modalidades de investimento e capital de giro. Para as médias empresas, destacaram-se as modalidades habitacional, infraestrutura e investimento.
- Por fim, com relação ao “risco sacado”, observou-se queda no volume médio de contratações no 1º semestre em comparação com o mesmo período do ano anterior, refletindo possivelmente uma postura mais criteriosa na concessão de empréstimos nesta modalidade.

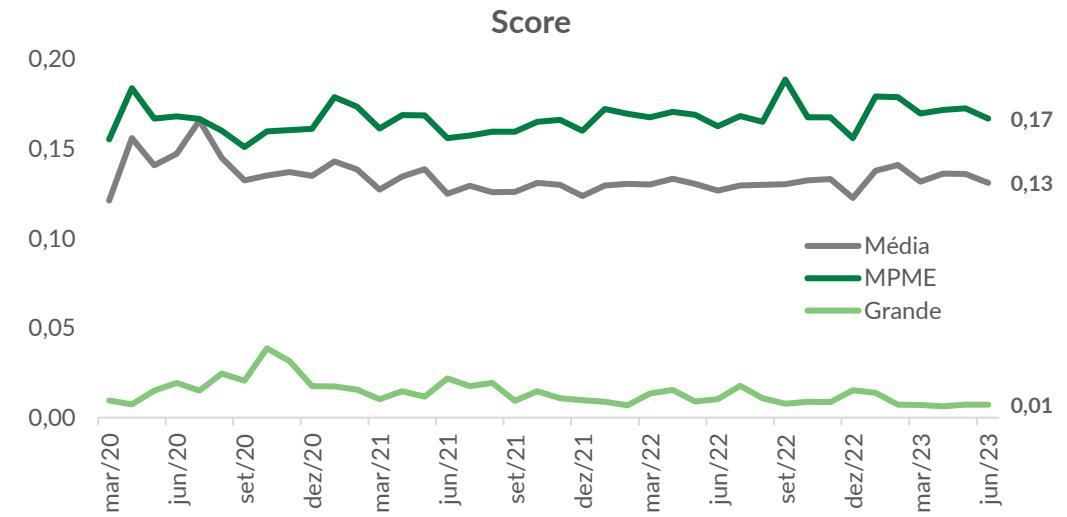
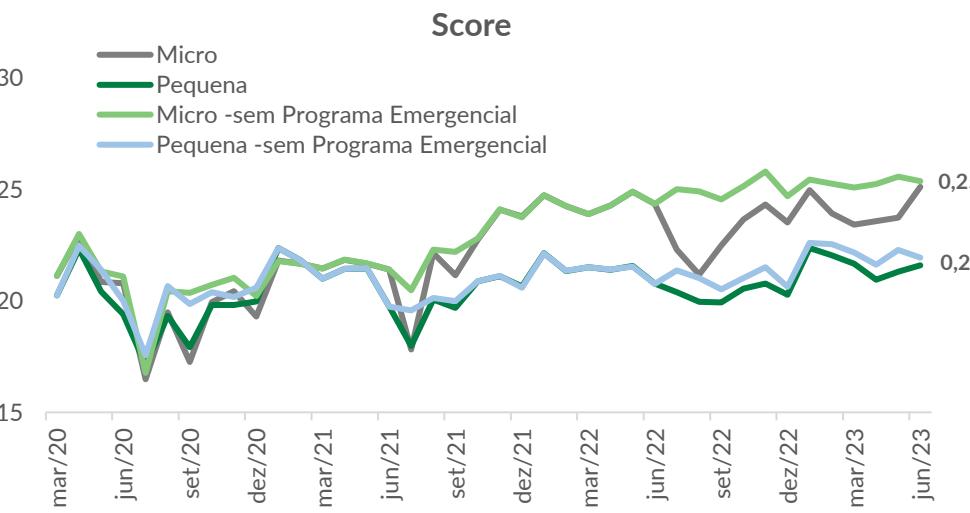
Fonte: Banco Central do Brasil

Crédito PJ



- Sustentado pelas operações com as MPMEs, o crescimento da carteira de crédito bancário para PJ segue em desaceleração, exibindo em jun/23 uma alta de 4,1% a.a. (9,3% a.a. em dez/22 e 11,9% a.a. em jun/22). Com uma participação nas operações de mercado de capitais que se apresenta como uma alternativa relevante de financiamento, a taxa para as grandes empresas era de -0,7% a.a. (5,5% a.a. em dez/22 e 8,9% em jun/22).
- Com um arrefecimento menos intenso, o saldo de empréstimo para as MPMEs totalizou uma alta de 10,6% a.a. em jun/23 (14,3% a.a. em dez/22 e 16,1% a.a. em jun/22). Sem a participação dos programas emergenciais, o avanço seria reduzido para 6,1% a.a. em jun/23 (15,9% a.a. em dez/22 e 23,3% a.a. em jun/22).

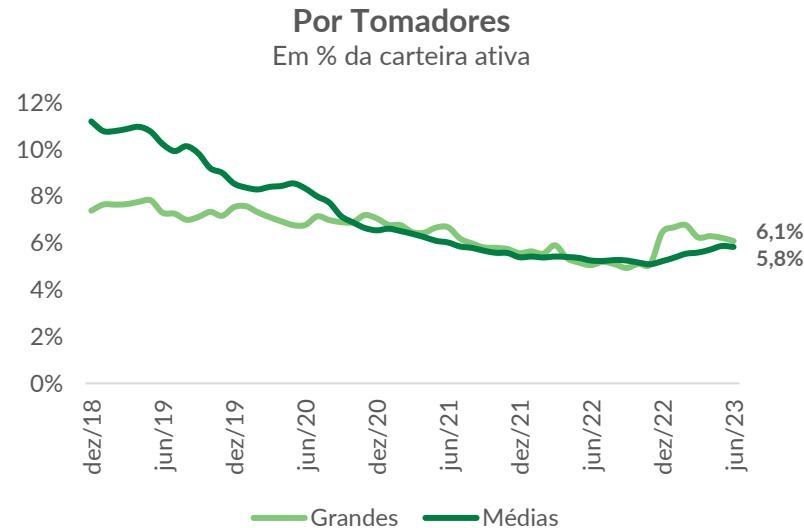
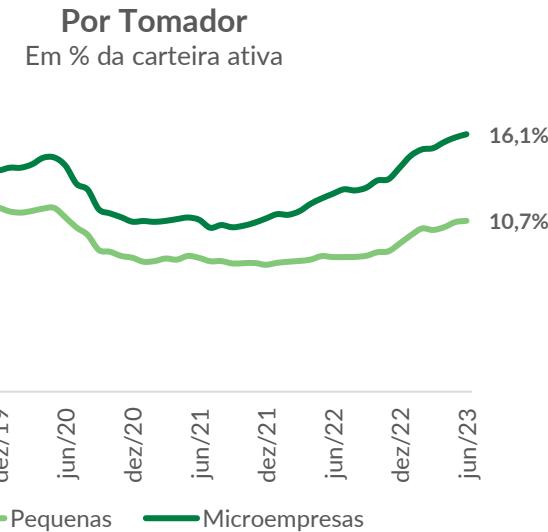
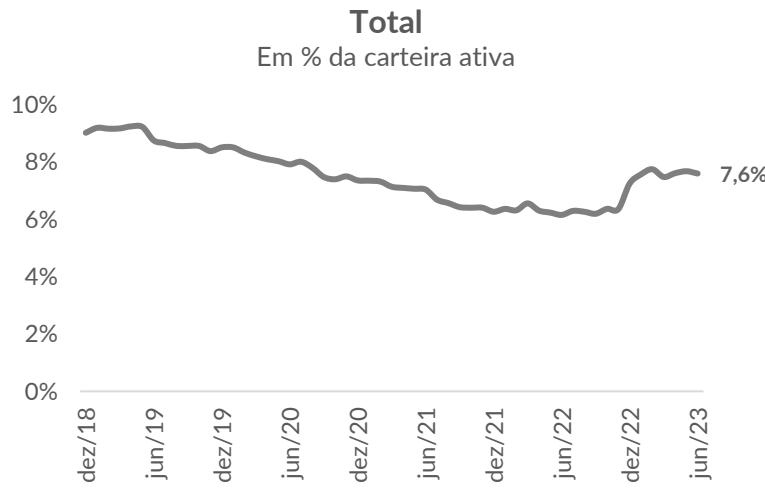
Apetite ao Risco PJ



Fonte: Banco Central do Brasil

- Com base nas medidas de score do BC que quantifica o risco de crédito de operações contratadas na data-base, em que quanto mais alto o score, mais arriscadas serão as operações, constatou-se que o apetite a risco das IFs continuou mais elevado para as empresas de menor porte.
- Desconsideradas as operações de programas emergenciais (Programa de Estímulo ao Crédito - PEC, Programa Emergencial de Acesso a Crédito -Peac e Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte- Pronampe), não se observou alteração significativa da qualidade das operações contratadas com as micro e pequenas empresas.
- Apesar de não se perceber alterações relevantes nos critérios de contratação, a desaceleração do ritmo de crescimento do crédito pode indicar maior rigor nas concessões, principalmente pelo fato de que parte relevante dos novos créditos foram de programas emergenciais.
- Para as médias e grandes empresas, também não se identificaram mudanças relevantes nos critérios de concessão nas novas safras.

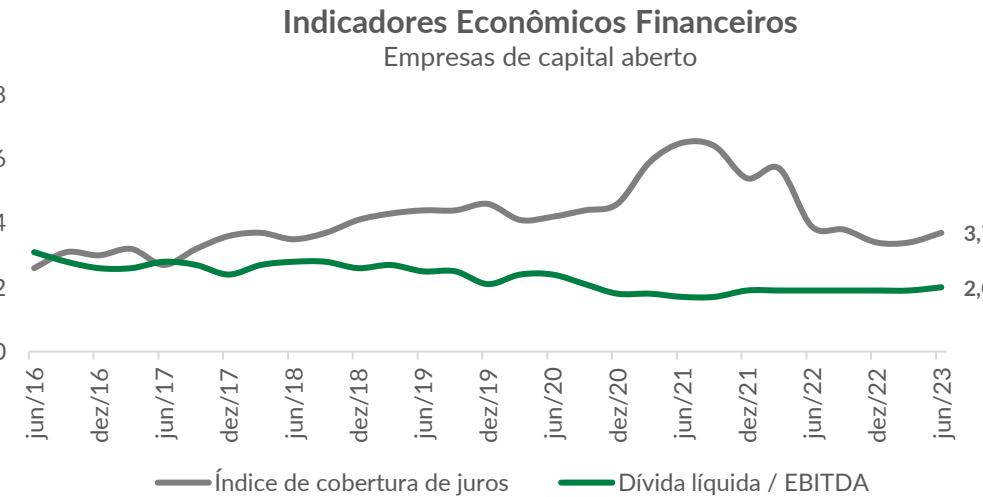
Ativos Problemáticos PJ



Fonte: Banco Central do Brasil

- A materialização do risco de crédito cresceu, especialmente nas micro e pequenas empresas. A carteira de Ativos Problemáticos (APs) tem crescido acima do ritmo de crescimento da carteira total. Nos empréstimos para pequenas empresas, a parcela dos APs acumulou uma alta de 1,4 p.p. no 1º semestre e de 2,3 p.p. em 12m para 10,7%. Representando 16,1% do crédito para microempresas, a parcela dos APs registrou elevação de 2,1 p.p. no 1º semestre e de 3,7 p.p. em 12m. Como consequência, em ambos os casos, destacou-se o crescimento da inadimplência e das operações avaliadas como de maior risco – rating entre “E” e “H”.
- Para as médias empresas, a parcela dos APs fechou em 5,8% em jun/23, com elevação de 0,6 p.p. no 1º semestre e 0,5 p.p. em 12m, refletindo também uma deterioração na qualidade da carteira. Já nas operações com as grandes empresas, a relação dos APs no total de crédito para esse segmento recuou -0,4 p.p. no 1º semestre para 6,1% em jun/23, revertendo o movimento de deterioração do começo de ano com o evento da Americanas. Contudo, a parcela encontrava-se ainda acima dos 5,1% observado em jun/22.

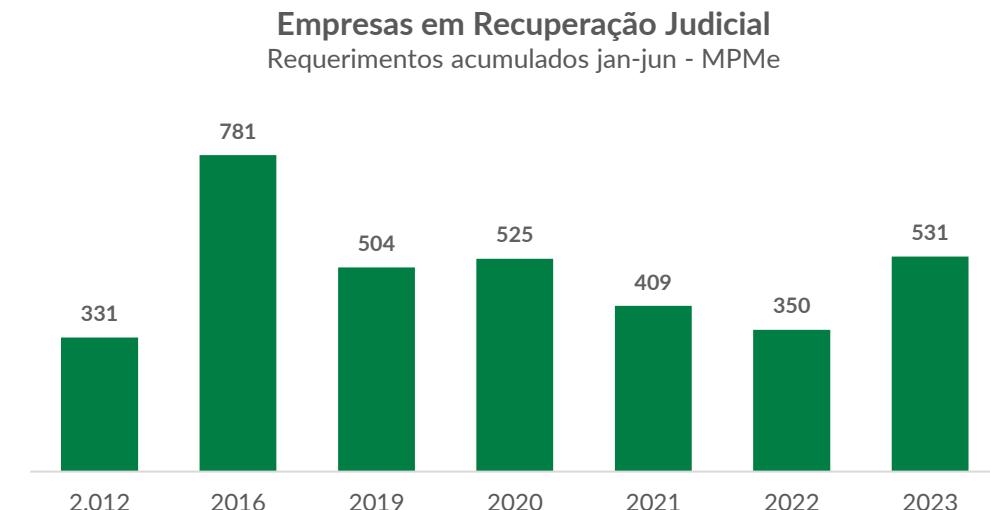
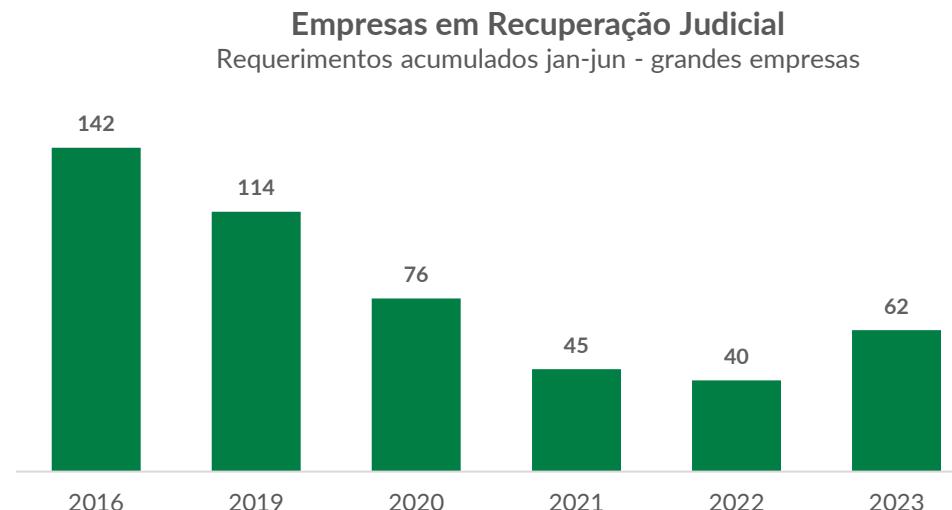
Capacidade de pagamento PJ



Fontes: Económica

- Desde meados de 2022, a alta dos custos de produção e das despesas financeiras são fatores que vinham influenciando as quedas do Índice de Cobertura de juros (IC) e de rentabilidade das empresas de capital aberto.
- Entretanto, a partir do 2T23, observou-se uma estabilização no resultado das empresas, com uma leve melhora na rentabilidade e no IC de juros. Ademais, a relação entre a dívida líquida e o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (Ebitda) manteve-se estável.
- No 2T23, a mediana da rentabilidade das empresas de capital aberto fechou em 7,9%, o que representou uma estabilidade no 1º semestre e queda de -2,0 p.p. frente a jun/22. Com uma alta de 0,3 p.p. no 1º semestre e queda de -0,2 p.p., o IC encerrou em 3,7. Por sua vez, a relação entre a dívida líquida e o Ebitda subiu 0,1 p.p. no 1º semestre e em 12m para 2,0 em jun/23.
- Mantendo-se o desempenho da atividade econômica, somada à tendência de redução do custo das dívidas e do menor endividamento, a expectativa é de que haja uma melhora na capacidade de pagamento para as grandes empresas. Para as MPMEs, o aumento no volume de requerimentos de recuperação judicial e a alta na materialização de riscos são elementos que denotam a redução da capacidade de pagamento, com o BC não vislumbrando alteração deste cenário no curto prazo.

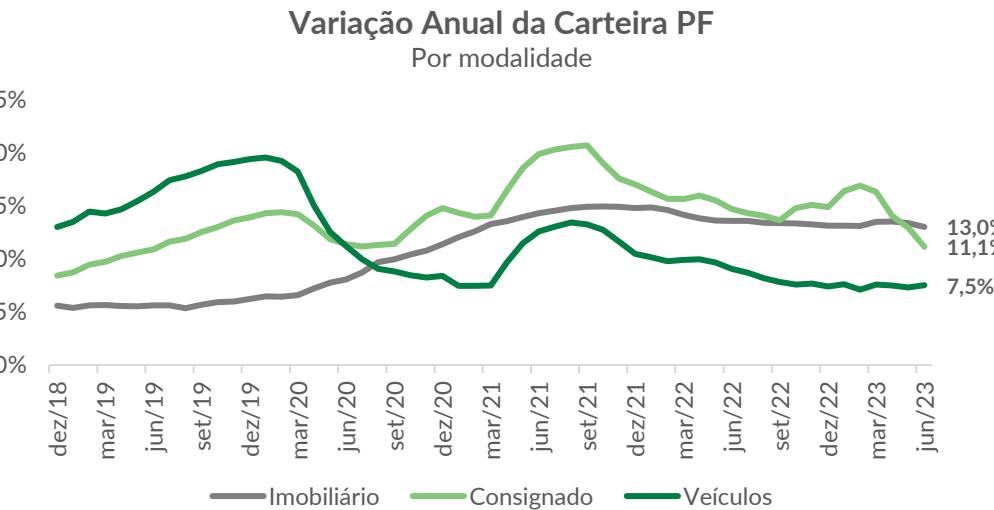
Capacidade de pagamento PJ



Fontes: Serasa Experian.

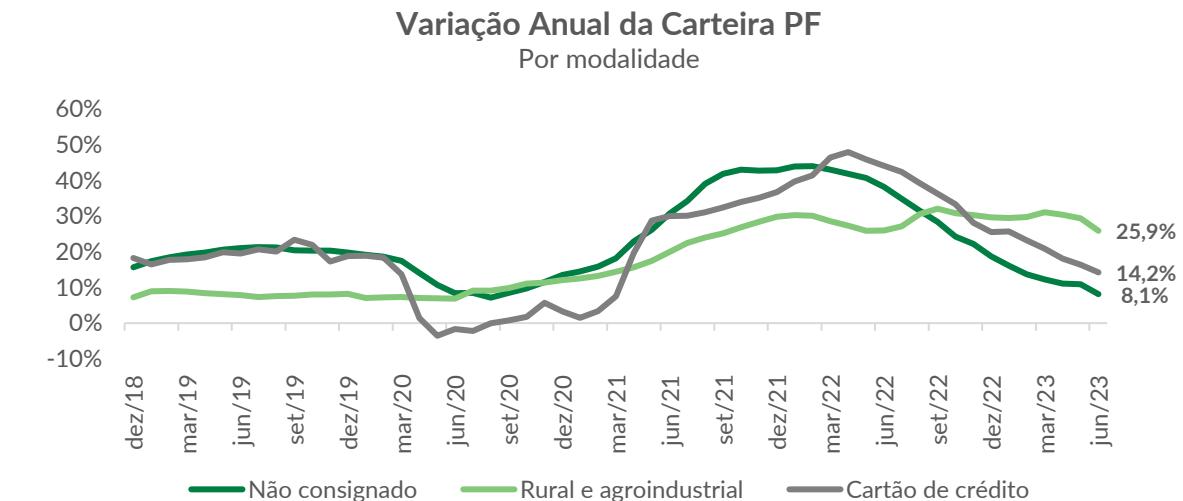
- Os requerimentos de recuperação judicial seguem aumentando.
- Para as grandes empresas, as ocorrências acumuladas no 1º semestre ficaram acima dos números observados nos últimos 2 anos, totalizando 62. Contudo, o valor ficou abaixo do período crítico de 2016, quando foram verificadas 142 situações. Vale, ainda, registrar que o ritmo de aumento dos requerimentos arrefeceu no 2T23.
- Para as MPMEs, os requerimentos acumulados no 1º semestre foram de 531, o maior patamar nos últimos 4 anos, porém, ainda consideravelmente abaixo da máxima histórica de 781 pedidos em 2016.

Crédito PF

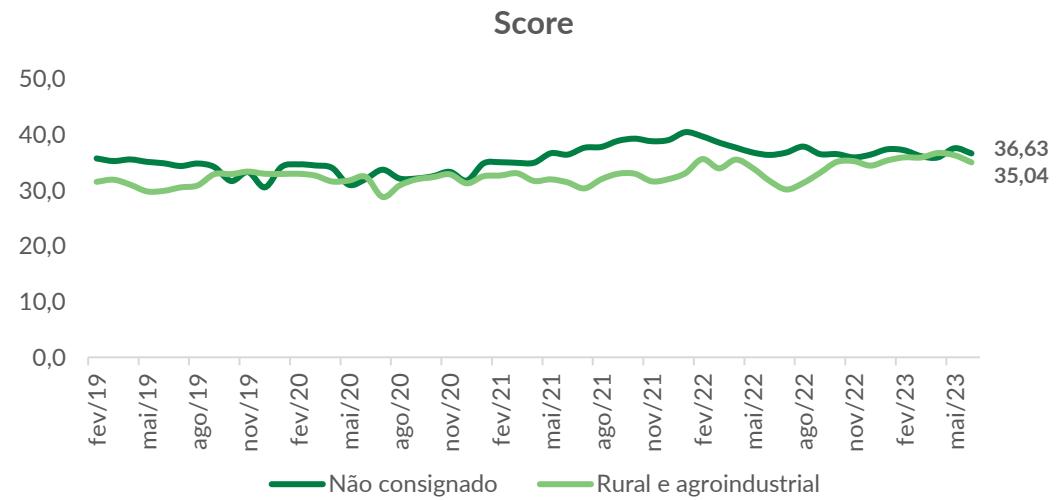
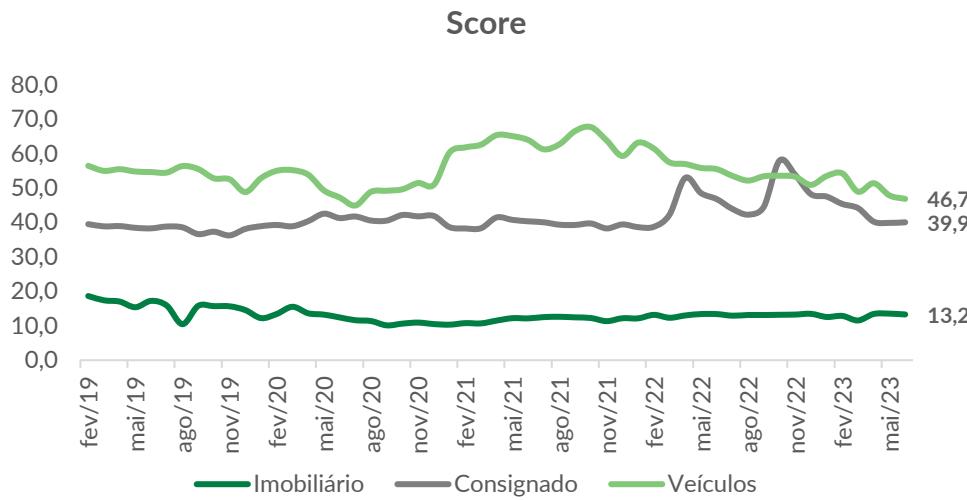


Fonte: Banco Central do Brasil

- O apetite ao risco das IFs na concessão de crédito para as famílias reduziu-se, movimento que é constatado na desaceleração do crescimento anualizado nas modalidades de maior risco e refletindo um maior conservadorismo nos critérios das contratações.
- Em jun/23, o saldo com financiamento imobiliário acumulava uma alta de 13,0% a.a. (13,1% a.a. em dez/22 e 13,6% a.a. em jun/22) e a carteira com financiamento de veículos avançava em 7,5% a.a. (7,4% a.a. em dez/22 e 9,1% a.a. em jun/22).
- Beneficiado pelo aumento dos recursos disponibilizados pelo Plano Safra, o crédito rural e agroindustrial exibia uma elevada taxa de expansão, acumulando uma alta de 25,9% a.a. em jun/23 (29,6% a.a. em dez/22 e 26,0% a.a. em jun/22).
- Com forte desaceleração no ritmo de crescimento, a variação anual do saldo com crédito pessoal não consignado saiu de 18,7% a.a. em dez/22 para 8,1% a.a. em jun/23 (38,1% a.a. em jun/22). Já as operações com cartão de crédito fecharam jun/23 com uma elevação de 14,2% a.a. contra 25,5% a.a. em dez/22 (44,1% a.a. em jun/22).



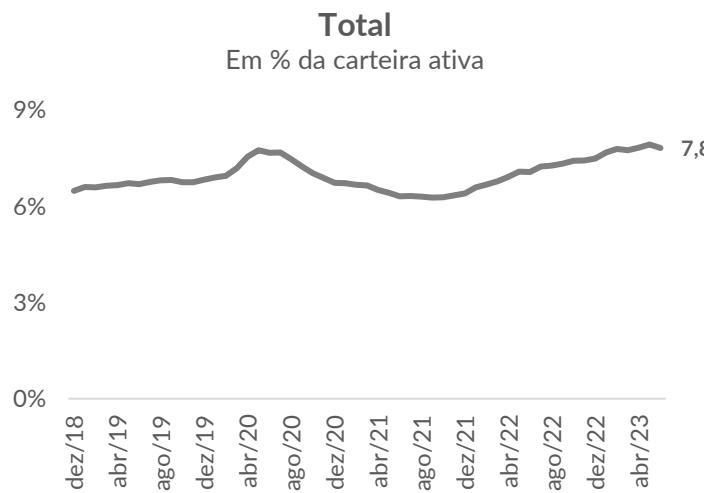
Apetite ao Risco PF



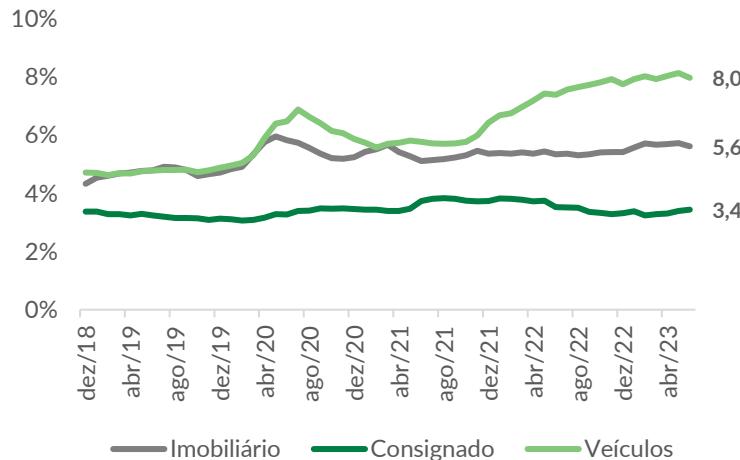
Fonte: Banco Central do Brasil

- O maior conservadorismo nos critérios de novas concessões levou a uma melhor qualidade das contratações, em especial nos financiamentos de veículos e no crédito pessoal consignado, porém com relativa estabilidade nos demais.
- Para o financiamento habitacional, a recente redução da parcela de financiamentos com sistema de amortização constante e o aumento do prazo médio nas contratações são fatores a serem observados no futuro próximo, dado que podem indicar um maior apetite ao risco na modalidade, especialmente nas operações com recursos do FGTS.
- No 1º semestre, o score para os financiamentos imobiliários reduziu-se em -0,19 para 13,23 (13,34 em jun/22), enquanto o indicador para o crédito consignado recuou -8,19 para 39,97 (46,73 em jun/22) e para os financiamentos de veículos caiu -4,06 para 46,78 (55,41 em jun/22). Por outro lado, com ligeiras elevações no período, o score do crédito não consignado subiu 0,22 para 36,63 (36,36 em jun/22) e para o crédito rural e agroindustrial aumentou 0,58 para 35,04 (31,73 em jun/22).

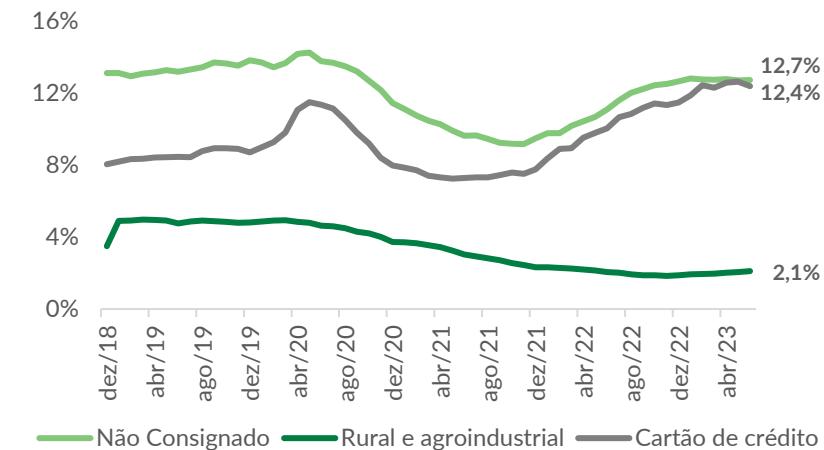
Ativos Problemáticos PF



Por Modalidade
Em % da carteira ativa



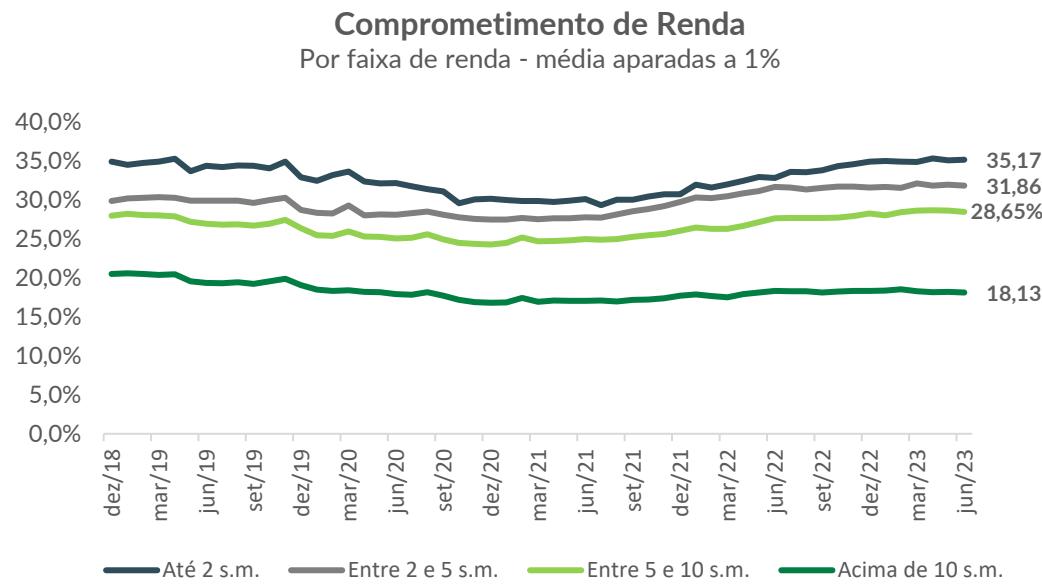
Por Modalidade
Em % da carteira ativa



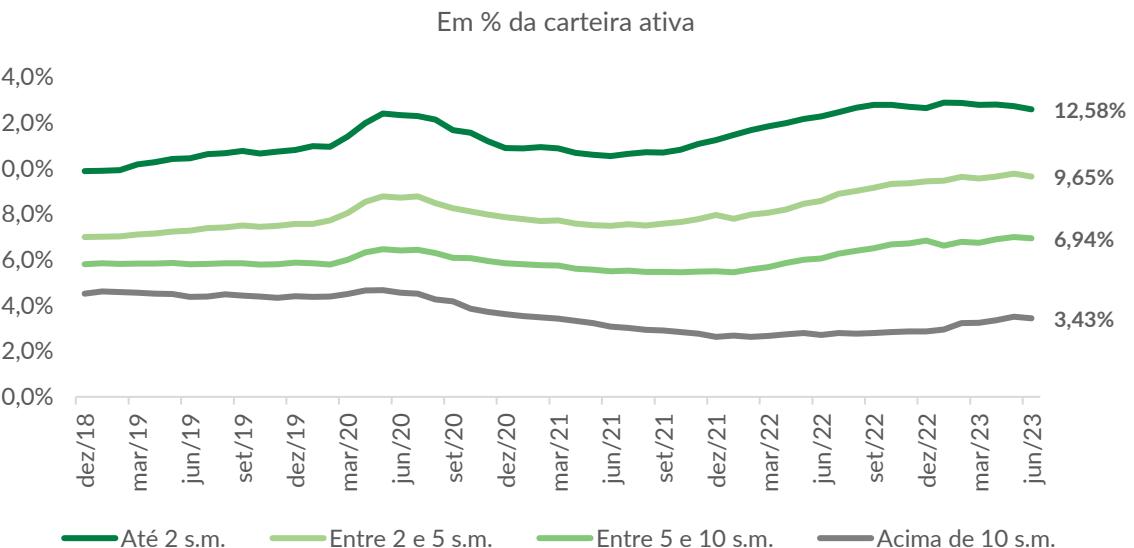
Fonte: Banco Central do Brasil

- A materialização de riscos tem desacelerado, mas ainda está em patamar elevado. O crescimento do estoque de APs continuou a ocorrer em ritmo superior ao crescimento da carteira como um todo, encerrando o 1º semestre com valor ligeiramente superior ao pico verificado durante a pandemia.
- A parcela de APs em relação à carteira total para PF em jun/23 era de 7,82%, com elevação de 0,33 p.p. no 1º semestre e de 0,75 p.p. em 12m. No semestre, o indicador para todas as modalidades apresentou crescimento, com destaque para a modalidade cartão de crédito com alta de 0,9 p.p para 12,4% (10,0% em jun/22).
- Já as demais registram elevações mais modestas no mesmo período, sendo de 0,2 p.p. nos financiamentos imobiliários para 5,6%, nos de veículos para 8,0% e rural e no setor agroindustrial para 2,1% e de 0,1 p.p. no crédito pessoal consignado para 3,4% e no não consignado para 12,7%.
- Na comparação em 12m, houve elevação de 2,3 p.p. no cartão de crédito, de 1,6 p.p. no crédito pessoal não consignado e a queda de -0,1 p.p. no consignado.

Capacidade de Pagamento PF



Ativos Problemáticos PF



Fonte: Banco Central do Brasil

- A capacidade de pagamento das PFs apresentou leve piora. A medida de comprometimento de renda das famílias em agregados econômicos exibiu uma ligeira alta no 1º semestre. Ao mesmo tempo, a distribuição do Comprometimento de Renda Individual (CRI) dos tomadores de crédito do SFN, com base em dados individuais informados no SCR, apresentou um leve aumento no mesmo período, permanecendo em valores historicamente elevados. Em comparação ao 2º semestre de 2022, a renda está mais comprometida com modalidades de maior risco e com taxas de juros mais elevadas, em especial o cartão de crédito. A piora na capacidade de pagamento parece estar próxima do fim, especialmente entre as famílias nas faixas de menor renda. A flexibilização monetária associada ao aumento da renda bruta das famílias e às recomposições salariais deve ter impacto positivo sobre a capacidade de pagamento das PFs nos próximos trimestres.
- Analizando-se a parcela dos APs no crédito por faixa de renda, observou-se, na faixa de renda que recebe até 2 Salários Mínimos (SM), uma ligeira redução de -0,06 p.p. no 1º semestre para 12,58% (12,28% em jun/22). Mantendo-se, ainda, em patamar próximo ao máximo histórico da série iniciada em dez/18 de 12,88% registrado em jan/23. Para quem recebe entre 2 e 5 SM, a proporção dos APs fechou em 9,65%, com elevações de 0,22 p.p. no 1º semestre e de 1,07 p.p. em 12m. Com alta de 0,10 p.p. no 1º semestre e de 0,88 p.p. em 12m, a parcela dos APs em empréstimos para quem ganha entre 5 e 10 SM encerrou em 6,94% da carteira ativa. Por fim, com fortes elevações de 0,57 p.p. no 1º semestre e de 0,72 p.p. em 12m, a relação dos APs para quem recebe mais de 10 SM ficou em 3,43%.

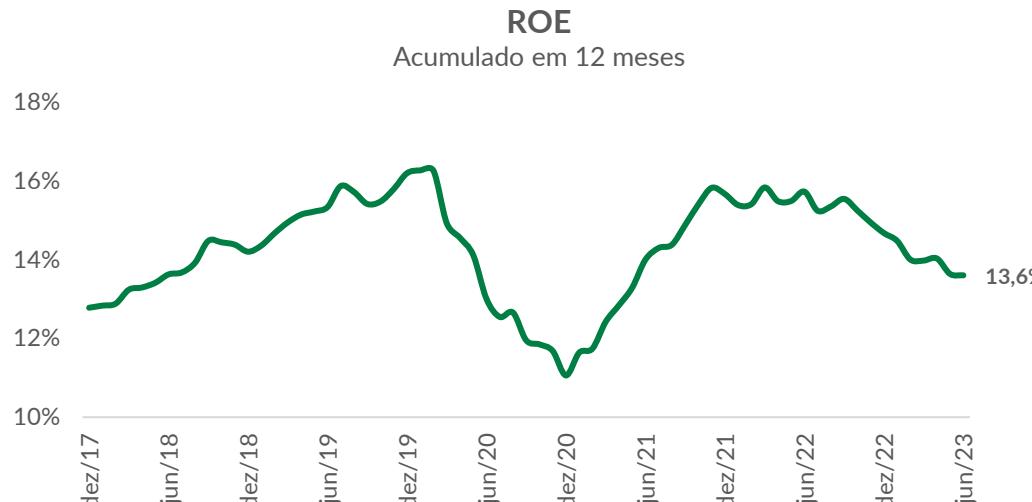
Provisões

Segmento		Perda Esperada	Provisão	Cobertura
Públicos	dez-22	3,9%	5,2%	1,33
	jun-23	3,8%	5,0%	1,34
Privados S1	dez-22	7,1%	8,0%	1,12
	jun-23	7,2%	8,4%	1,18
SNCC	dez-22	4,2%	4,3%	1,02
	jun-23	4,7%	4,8%	1,03
Digitais	dez-22	10,0%	8,0%	0,80
	jun-23	8,9%	8,0%	0,90
Privados (demais)	dez-22	5,3%	4,5%	0,84
	jun-23	5,4%	5,0%	0,93
Total	dez-22	5,4%	6,0%	1,12
	jun-23	5,3%	6,2%	1,16

Fonte: Banco Central do Brasil

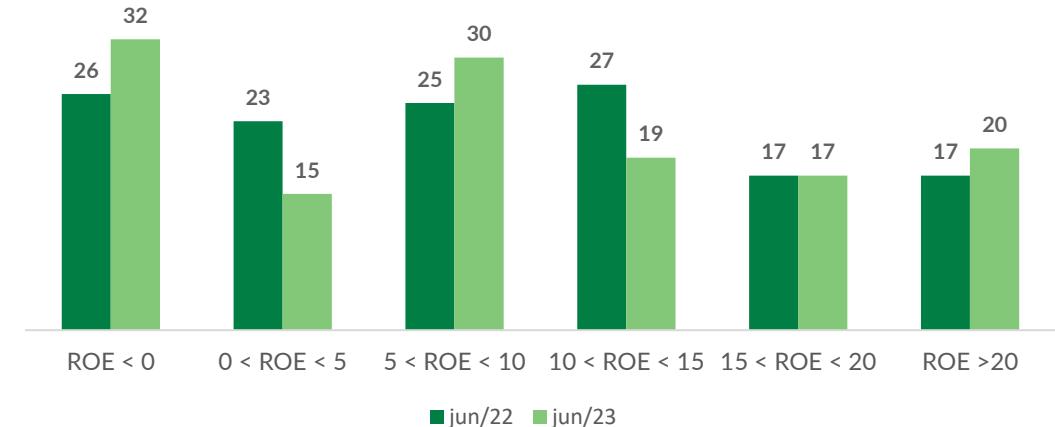
- Em patamar adequado, o nível de provisões do SFN aumentou 0,2 p.p. no 1º semestre para 6,2%. No período, o nível de provisão dos bancos públicos passou de 5,2% para 5,0% do crédito, enquanto para os digitais permaneceu em 8,0%. Nos demais segmentos foram registradas elevações, com destaque para as altas de 0,5 p.p. para as cooperativas (SNCC) para 4,8% e para os demais bancos privados (demais) para 5,0% e de 0,4 p.p. no segmento S1 para 8,4%.
- Em paralelo, as perdas esperadas totais recuaram de 5,4% em dez/22 para 5,3% em jun/23, influenciadas pelas reduções das probabilidades de default (PDs) na carteira PF, especialmente nas modalidades de crédito pessoal não consignado, veículos e habitacional, assim como a redução das perdas dado o default (LGDs), tanto nas modalidades PF quanto nas PJ. No 1º semestre, a queda mais intensa ficou nos digitais, com as perdas esperadas saindo de 10,0% em dez/22 para 8,9%. Na mesma base de comparação, destaque também para a elevação de 0,5 p.p. nos SNCC para 4,7%.
- O Índice de Cobertura das provisões (IC) do sistema total subiu de 1,12 em dez/22 para 1,16, refletindo a queda nas perdas esperadas. De positivo, destaque para os IC dos bancos públicos em 1,34, privados S1 em 1,18 e SNCC em 1,03. Por outro lado, o IC dos bancos digitais e privados demais seguem abaixo de 1, encerrando em 0,90 e 0,93, respectivamente.

Rentabilidade



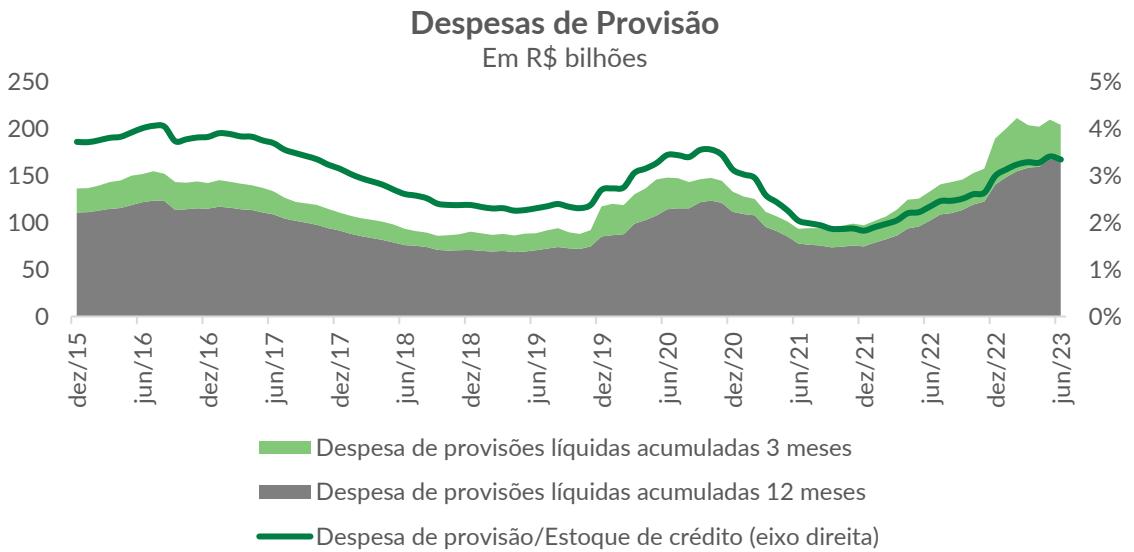
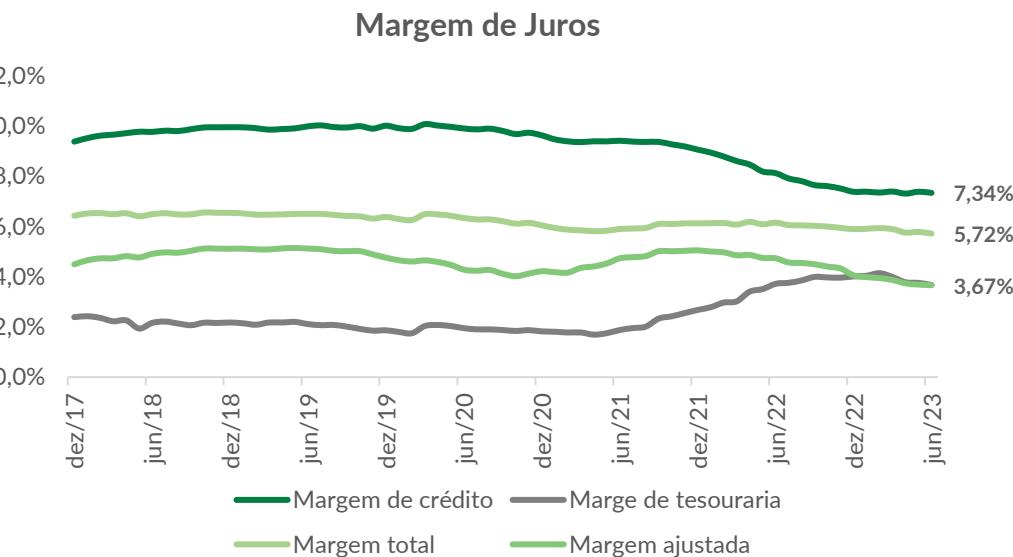
Fonte: Cosif

Distribuição de Frequência
Em quantidade de IFs



- A rentabilidade do sistema bancário segue pressionada, porém dá sinais de melhora nos próximos trimestres. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (*Return on Equity* – ROE) no acumulado em 12m ficou em 13,6%, o que representou quedas de -1,1 p.p. no 1º semestre e de -2,1 p.p. em 12m.
- A distribuição do ROE das IFs mostrou o aumento na quantidade de IFs com ROE negativo saindo de 26 em jun/22 para 32 em jun/23. Ademais, verificou-se uma menor rentabilidade em IFs com maior importância sistêmica.
- A melhora na qualidade das novas concessões e a redução das estimativas de perdas nas carteiras de crédito indicam menores pressões via provisões para os próximos trimestres.

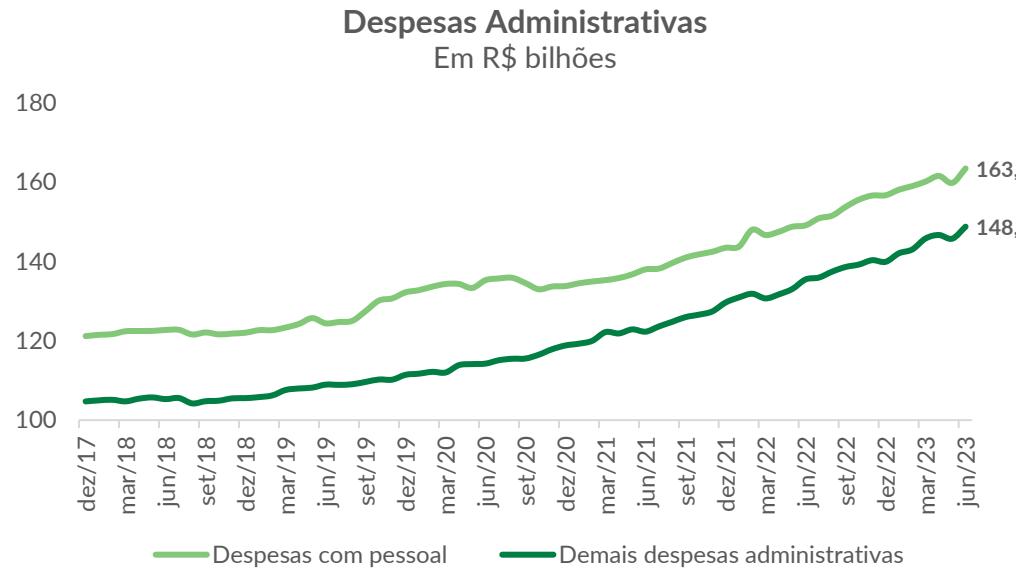
Resultados de Intermediação



Fonte: Banco Central do Brasil

- A margem total registrou leve redução de -0,18 p.p. no 1º semestre, encerrando em 5,72% (6,15% em jun/22). Por sua vez, a margem ajustada ao risco recuou -0,39 p.p. no período para 3,67% (4,74% em jun/22), refletindo o pior desempenho da margem de tesouraria, que caiu -0,34 p.p. no semestre para 3,68% (3,73% em jun/22). Em 7,34%, a margem de crédito acumulou retrações de -0,04 p.p. no 1º semestre e de -0,79 p.p. em 12m.
- As despesas com provisões seguiram pressionando o resultado no 1º semestre, mas mostraram arrefecimento a partir do 2T23. Desde o final de 2021, as despesas com provisões vêm crescendo acompanhando o aumento dos APs. Isso ocorreu devido ao crescimento do crédito em linhas de maior risco, o aumento do comprometimento de renda das famílias e a redução da capacidade de pagamento de micro e pequenas empresas. As despesas de provisões líquidas acumuladas em 12m apresentaram elevações de 18,2% no 1º semestre e de 62,5% em 12m. Consequentemente, a relação entre as despesas de provisão e o estoque de crédito encerrou em 3,3%, o que significou altas de 0,4 p.p. no 1º semestre e de 1,0 p.p. em 12m.
- A melhora na qualidade das novas concessões e a redução das estimativas de perdas nas carteiras indicam que as provisões devem ser menores nos próximos trimestres, o que tende ser um fator importante para a melhora prospectiva da rentabilidade.

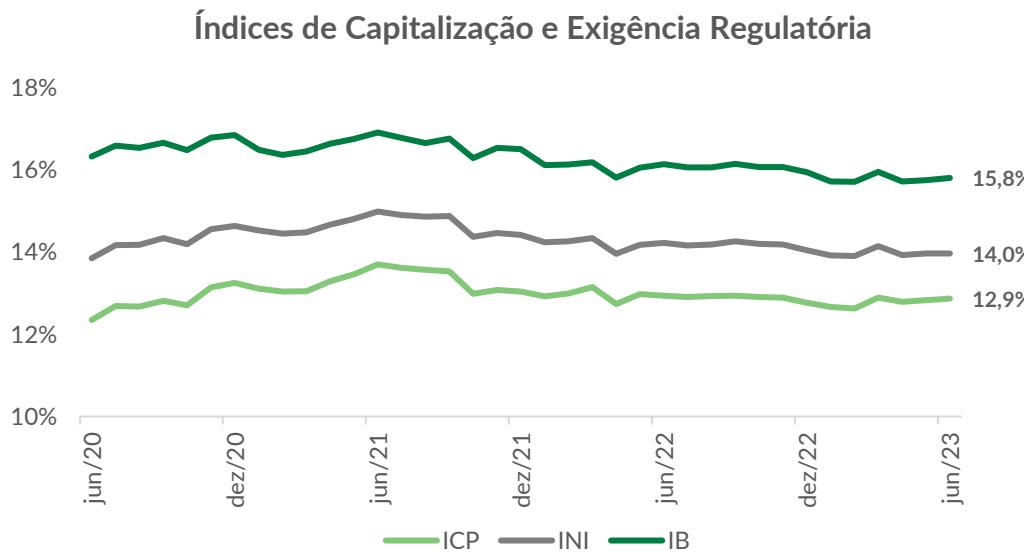
Eficiência Operacional



Fonte: Banco Central do Brasil

- Com um ambiente mais adverso para o crescimento das receitas operacionais, o sistema continuou perdendo eficiência operacional.
- Em jun/23, as despesas administrativas e de pessoal apresentavam crescimentos de 9,7% a.a. e 9,6% a.a., respectivamente. Ritmo mais acelerado do que as expansões das receitas de serviços e operacionais, que subiam 2,9% a.a. e 3,9% a.a., na ordem.
- O índice de eficiência operacional (IEO), medido pela relação entre as despesas administrativas e as receitas operacionais, registrou deterioração no 1º semestre, saindo de 46,9% em dez/22 para 48,2% (45,7% em jun/22).
- O ciclo gradual de flexibilização monetária tende a criar um ambiente mais positivo para o crescimento das receitas operacionais nos próximos trimestres, tanto no resultado com juros (NII) pelo avanço do crédito, quanto na receita em serviços com a retomada da economia. Ao mesmo tempo, o controle inflacionário reduz as pressões sob os custos. Esses fatores trazem perspectivas de melhora da eficiência operacional do sistema no médio prazo.

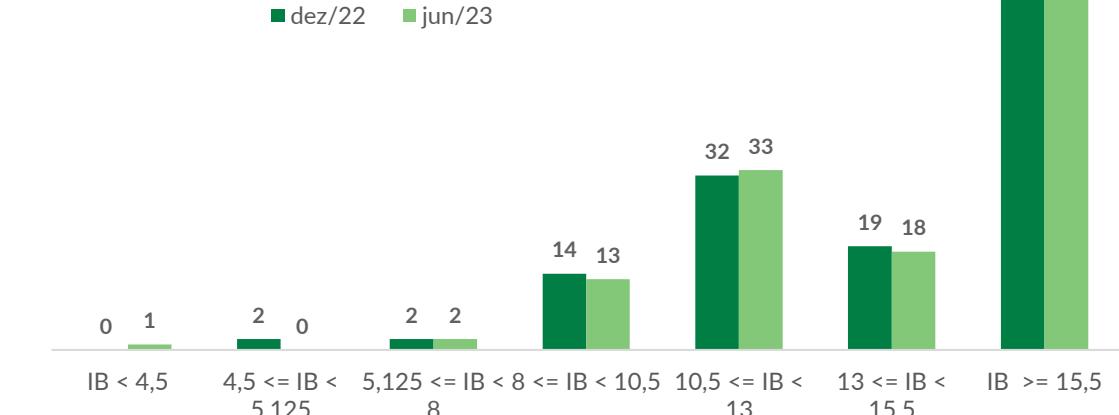
Solvência



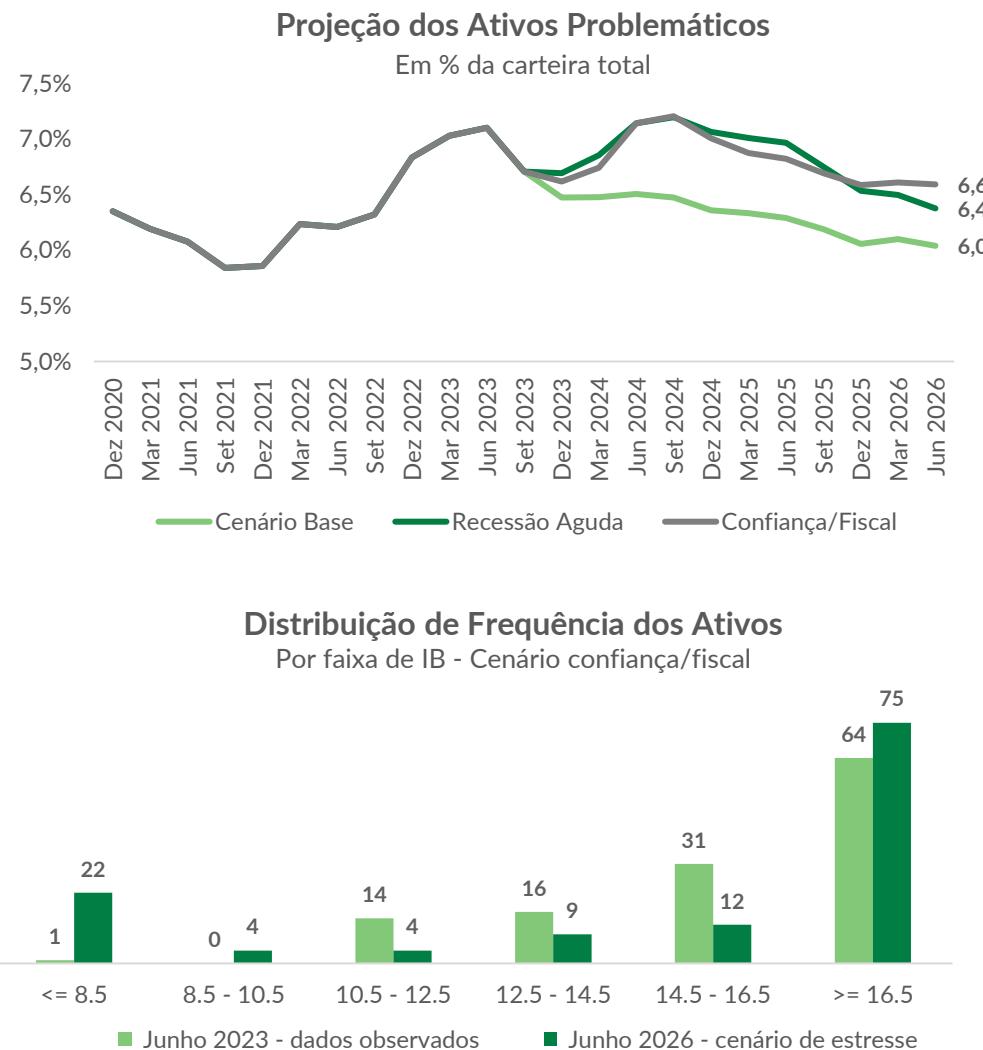
Fonte: Banco Central do Brasil

- O sistema bancário mantém-se sólido e apto a sustentar o regular funcionamento da intermediação financeira e a oferta de crédito à economia. Os índices de capitalização permanecem confortavelmente acima dos mínimos regulamentares, sendo que 98,5% das IFs são capazes de atender ao requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) somente com Capital Principal (CP), considerado de melhor qualidade. Dessa forma, solvência não representa risco à estabilidade financeira. No 1º semestre, o Índice de Capital Principal (ICP) subiu 0,1 p.p. para 12,9%, o Índice de Capital Nível I (INI) permaneceu estável em 14,0% e o Índice de Basileia (IB) recuou -0,1 p.p. para 15,8%.
- A margem de capital regulatória do sistema não é restrição para a expansão da oferta de crédito. Os ativos ponderados pelo risco (Risk-Weighted Assets – RWA) expandiram-se percentualmente mais que o capital em função do crescimento das exposições a risco de crédito, notadamente em títulos e valores mobiliários. Em termos percentuais, o crescimento no capital requerido foi maior na parcela referente ao risco de mercado, com destaque para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas nos bancos privados.

Distribuição de Frequência ICP
Em quantidade de IFs



Testes de Estresse



- Os resultados dos testes de estresse indicam que o sistema bancário possui adequado nível de capitalização e resiliência em todos os cenários simulados. Os testes de estresse de solvência indicam que não há ocorrência de desenquadramentos.
- Os resultados obtidos nas análises de sensibilidade também indicam uma boa resistência aos fatores de risco, simulados isoladamente, além de estabilidade de resultados em comparação com testes feitos anteriormente. O teste de estresse de liquidez indica quantidade confortável de ativos líquidos em caso de saídas de caixa em condições adversas ou choque nos parâmetros de mercado no curto prazo.
- A necessidade estimada de capitalização do sistema é baixa em ambos os cenários simulados no teste de estresse macroeconômico, atestando a adequada capacidade do sistema para absorção de perdas.
- Os APs atingiriam o ponto máximo em set/24 com 7,2% do total da carteira de crédito em ambos os cenários de estresse (recessão aguda e crise de confiança e fiscal).
- As IFs que juntas representam 86% do ativo total do sistema continuariam apresentando índices de capitalização acima do mínimo regulamentar de 10,5%.
- O sistema apresenta baixa sensibilidade a choques na taxa de câmbio. Somente um choque positivo muito elevado na taxa de juros poderia gerar alguma necessidade de aporte adicional de capital.
- Choques incrementais no risco de crédito indicam que haveria baixa necessidade de aporte de capital se os ativos problemáticos atingissem a maior marca histórica.

Fonte: Banco Central do Brasil

Pesquisa de Estabilidade Financeira

Risco	Frequência (%)		
	Fev 2023	Mai 2023	Ago 2023
Riscos fiscais	49	40	32
Cenário internacional	19	26	28
Inadimplência e atividade	14	23	18
Riscos monetários	0	0	6
Inflação doméstica	2	1	4
Frequência média (citações/IF)			
3 Riscos apontados pelas IFs	Fev 2023	Mai 2023	Ago 2023
Cenário internacional	0,85	0,94	0,92
Riscos fiscais	0,81	0,78	0,73
Inadimplência e atividade	0,43	0,49	0,47
Risco operacional	0,14	0,15	0,13
Riscos monetários	0,00	0,03	0,13
Mediana			
Canal de Transmissão	Fev/23	Mai/23	Ago/23
Contágio entre mercados e instituições domésticas	4	4	4
Congelamento de liquidez, incluindo mercado interbancário e linhas de crédito do exterior	3	3	3
Queda expressiva de preços de ativos financeiros domésticos, inclusive garantias	4	4	4
Aumento da aversão ao risco e de incerteza, afetando decisões correntes de consumo e investimento	5	4	5
Queda de confiança dos depositantes, incluindo movimentos caracterizados com "flight-to-safety"	3	4	4
Fuga de capitais e/ou depreciação cambial relevante	4	4	4
Downgrade de rating de crédito, incluindo rating soberano, de forma ampla e disseminada	4	4	3

- De acordo com a Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF), a percepção dos riscos fiscais diminuiu, com a queda na probabilidade e no impacto atribuído. Todavia, continuam sendo citados como os mais relevantes. Por sua vez, aumentou a percepção de melhora sobre os ciclos econômico e financeiro. Os riscos do cenário internacional ganharam importância, com destaque para a persistência da inflação e a continuidade do aperto monetário nas economias avançadas. A citação de riscos de inadimplência e atividade aumentou na pesquisa de mai/23 e caiu na de ago/23. Riscos climáticos também contribuíram para elevar os riscos de inadimplência em setores mais expostos a eventos climáticos extremos. Aumentaram as preocupações com a economia digital com as vulnerabilidades associadas às inovações tecnológicas e aos mercados de ativos digitais. Surgiram citações relacionadas aos riscos na condução da política monetária.
- Quando considerados os 3 riscos mais relevantes para cada respondente, notou-se a queda no número médio de citações referentes aos riscos exclusivamente políticos, de 0,13 em fev/23 a 0,08 em ago/23, refletindo a melhora no ambiente institucional do país. Ainda nesse critério, também caiu o número médio de citações dos riscos de inflação doméstica, de 0,17 em fev/23 para 0,11, refletindo a percepção de melhora no quadro inflacionário.
- Quanto aos canais de transmissão de choques no SFN, a probabilidade atribuída a "queda de confiança dos depositantes, incluindo os movimentos caracterizados como "flight-to-safety" aumentou, enquanto " downgrade de rating de crédito, incluindo rating soberano, de forma ampla e disseminada" caiu comparativamente a fev/23, provavelmente refletindo a melhora no rating soberano brasileiro ocorrida no período. O canal "Aumento da aversão ao risco e de incerteza, afetando decisões correntes de consumo e investimento" continuou tendo a probabilidade mais alta de atuar como canal de transmissão de choques no SFN entre os canais avaliados.



Assessoria Econômica



abbc.org.br

assessoriaeconomica@abbc.org.br



Av. Paulista, 1842 -15º andar -Conj. 156
Edifício Cetenco Plaza -Torre Norte -
Cerqueira César São Paulo -SP



Tel: (55) 11 3288-1688